

Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Marco António da Silva Vieira

Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros.
Uma proposta de reabilitação e reutilização
do Palacete Vilhena Coutinho



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Marco António da Silva Vieira

Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros
Uma proposta de reabilitação e reutilização
do Palacete Vilhena Coutinho

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Elisiário José Vital Miranda

DECLARAÇÃO

Nome Marco António da Silva Vieira

Endereço eletrónico masilvieira@gmail.com

Telefone 913466844

Número do Cartão de Cidadão 14150831

Título da dissertação Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros: uma proposta de reabilitação e reutilização do Palacete Vilhena Coutinho

Orientador Professor Doutor Elisiário José Vital Miranda

Ano de conclusão 2018

Ramo de Conhecimento do Mestrado Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 31 de janeiro de 2018

Assinatura



Um obrigado,
ao pai, Carlos Vieira,
à mãe, Maria Ferreira
aos irmãos, Ana Vieira e Diogo Vieira,
à namorada, Márcia Monteiro,
aos avós, Adelino Ferreira, Rosa da Silva, José Sá, Maria Gomes,
à família,
aos amigos,
aos professores,
e ao professor orientador, Elisiário Miranda.

RESUMO

O património construído não classificado enfrenta atualmente a problemática da total desconstrução do interior das estruturas arquitetónicas. Hoje em dia multiplicam-se trabalhos de reabilitação em edifícios históricos que arrasam por completo a cultura arquitetónica identitária das construções.

Este trabalho visa estudar e valorizar o palacete Vilhena Coutinho, antigo tribunal de Braga, através de um desenho de reabilitação que procure paralisar a desconstrução do testemunho arquitetónico de Carlos Amarante e de Moura Coutinho.

O palacete do séc. XVIII foi alvo de várias transformações resultantes das várias sobreposições de usos que lhe foram impostos. Quer a função residencial quer a ocupação de carácter público do tribunal conduziram o palacete Vilhena Coutinho a transformações formais do complexo edificado. Atualmente encontra-se no limiar da salvaguarda arquitetónica, uma vez que foi alvo da total demolição do interior mantendo apenas as duas fachadas como registo da identidade arquitetónica da época de construção.

O estado atual do edifício limita os pressupostos da reabilitação, o que leva a um exercício ainda mais complexo, ou seja, realizar um projeto a partir de um ponto que é favorável a uma nova construção em que o tema é reabilitar. Estas circunstâncias orientaram o trabalho para uma reconstrução cronológica do palacete aliado a uma leitura do lugar que permitiu a definição dos novos usos programáticos com soluções resultantes de uma análise atenta não só ao espaço envolvente, mas a toda a evolução desse espaço.

Propõe-se novos usos, nomeadamente uma estação de metro, para uma possível linha que ligasse a estação de comboios de Braga à Universidade do Minho e um centro de estudos. Esta nova ligação provoca uma aproximação da Universidade ao centro da cidade, que resultará numa aproximação dos estudantes ao centro histórico e

consequente ao centro de estudos. A proposta engloba ainda um espaço intermédio, uma praça exterior que conectará os dois espaços, a estação e o centro de estudos. Esta praça no interior do quarteirão permitirá ainda uma continuidade espacial entre as duas praças adjacentes, o antigo Campo de Touros e o Campo da Vinha.

ABSTRACT

The unclassified built heritage currently faces the problem of total interior deconstruction of the architectural structures. Nowadays, rehabilitation jobs are being carried out in historic buildings that destroy the architectural identity culture of buildings.

This work aims to study and value the Vilhena Coutinho mansion, former court of Braga, through a rehabilitation that seeks to paralyze the deconstruction of the architectural testimony of Carlos Amarante and Moura Coutinho.

The palace of the XVIII was the object of several transformations resulting from the various overlapping of uses that imposed on it. Both the residential function and the public occupation of the court led the Vilhena Coutinho mansion to formal transformations of the built complex. It's currently on the threshold of the architectural safeguard, the target of the total demolition of the interior was keeping only the two facades as a record of the architectural identity of the construction period.

The current state of the building limits the assumptions of rehabilitation, which leads to an even more complex exercise, that is, carrying out a project from a point that is favorable to a new construction in which the theme is to rehabilitate. These circumstances guided the work to a chronological reconstruction of the mansion allied to a reading of the place that allowed the definition of the new programmatic uses with solutions resulting from an attentive analysis not only to the surrounding space but to the whole evolution of this space.

New uses are proposed, namely a metro/tube station, for a possible line linking the Braga train station to the University of Minho and a study center. This new connection brings the University even closer to the city center, which will bring students closer to the historical center and consequent to the study center. The proposal also includes an intermediate

space, an outdoor plaza that will connect the two spaces, the station and the study center. This square inside the block will also allow a spatial continuity between the two adjacent squares, the old Field of Bulls and the Vine Field.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. INTERESSES, MOTIVAÇÕES E OBJECTIVOS	7
1.2. METODOLOGIA E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	9
1.2.1. PRIMEIRA FASE	9
1.2.2. SEGUNDA FASE	9
1.2.3. TERCEIRA FASE	10
1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	11
1.3.1. PRIMEIRO CAPÍTULO.....	11
1.3.2. SEGUNDO CAPÍTULO.....	11
1.3.3. TERCEIRO CAPÍTULO	11
1.3.4. QUARTO CAPÍTULO.....	12
1.3.5. QUINTO CAPÍTULO.....	12
1.3.6. SEXTO CAPÍTULO.....	12
2. ENQUADRAMENTO	15
2.1. BREVE LEITURA DO INÍCIO “DESTE” LUGAR.....	19
2.1.1. ENTRE O CAMPO DA VINHA E O CAMPO DE TOUROS	25
2.1.1.1. O CAMPO DE TOUROS	25
2.1.1.2. O CAMPO DA VINHA	31
2.2. EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO OBJECTO ARQUITECTÓNICO.....	35
2.2.1. O PROJECTO DE CARLOS AMARANTE.....	37
2.2.2. ADAPTAÇÃO A TRIBUNAL.....	45
2.2.3. REABILITAÇÃO DO TRIBUNAL.....	47
2.2.3. ESTADO DE ABANDONO	53
3. DIAGNÓSTICO	55
3.1. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	59
3.2. PATOLOGIAS	65

4. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO	69
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	73
4.2. CASOS DE ESTUDO	77
4.2.1. METRO DE LISBOA	77
4.2.2. METRO DO PORTO	83
4.2.3. CONCEITO DE E-LEARNING CAFÉ E DOIS CASOS DE ESTUDO	89
5. PROPOSTA FINAL	93
5.1. CONCEITO GERAL DE INTERVENÇÃO	97
5.2. PROGRAMA	101
5.2.1. A PRAÇA	101
5.2.2. O METRO	105
5.2.3. O ELERNING CAFÉ	111
5.3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CONSTRUTIVA	115
5.3.1. MATERIALIDADE	115
5.3.2. ESTRUTURA	119
5.3.3. MAPA DE VÃOS	121
5.3.3.1. VÃO TIPO 1: VÃO EM VIDRO FIXO	123
5.3.3.2. VÃO TIPO 2: VÃO DE VIDRO PIVÔ	125
5.3.3.3. VÃO TIPO 3: VÃO DE CHAPA PERFURADA FIXO	127
5.3.3.4. VÃO TIPO 4: VÃO DE CHAPA PERFURADA PIVÔ	129
5.3.3.5. VÃO TIPO 5: VÃO DE MADEIRA PIVÔ	131
5.3.3.6. VÃO TIPO 6: VÃO EM GRADE PIVÔ	133
5.3.3.7. VÃO TIPO 7: VÃO DE VIDRO (CLARABÓIA) FIXO	135
6. CONCLUSÃO	137
7. BIBLIOGRAFIA	141

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I Fachada Norte do Palacete Vilhena Coutinho	2
Ilustração II Pormenor da fachada Norte	6
Ilustração III Imagem aérea do conjunto arquitetónico.....	14
Ilustração IV Fachada Norte do Palacete Vilhena Coutinho	16
Ilustração V Ortofotomapa de localização.....	18
Ilustração VI Diagrama das muralhas da cidade de Braga	20
Ilustração VII Mapa da cidade de Braga, Braunio (1594).....	22
Ilustração VIII Mapa da cidade.....	24
Ilustração IX Praça do Município (Campo de Touros).....	26
Ilustração X Campo de Touros (segunda metade do século XVIII)	27
Ilustração XI Antigo Mercado do Ferro.....	28
Ilustração XII Praça Conde de Agrolongo (Campo da Vinha)	30
Ilustração XIII Parada militar (antigo Campo da Vinha)	32
Ilustração XIV Feira (antigo Campo da Vinha)	33
Ilustração XV Pormenor da fachada Sul	34
Ilustração XVI Casa da família Maciel Aranha	36
Ilustração XVII Bom Jesus do Monte	38
Ilustração XVIII Campo de Touros (segunda metade do século XVIII)	40
Ilustração XIX Planta topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard. Composição de 30 folhas	42
Ilustração XX Uma de Francisque Goullard	44
Ilustração XXI Planta de levantamento do existente Tribunal Judicial de Braga.....	46
Ilustração XXII Brasão da cidade Braga no frontão da fachada Norte	48
Ilustração XXIII Aumento realizado na fachada Norte.....	50

Ilustração XXIV Vista aérea do conjunto arquitetónico.....	54
Ilustração XXV Vista aérea do conjunto arquitetónico.....	58
Ilustração XXVI Volume construído na parcela do Palacete Vilhena Coutinho.....	60
Ilustração XXVII Vista aérea da fachada Sul do Palacete Vilhena Coutinho	62
Ilustração XXVIII Pormenor do vão da fachada Norte	64
Ilustração XXIX Guardas metálicas da fachada Sul	66
Ilustração XXX Vista aérea da Praça do Município e da Praça Conde Agrolongo	68
Ilustração XXXI Notícia do Jornal de Notícias sobre a construção de uma possível linha de metro em Braga	72
Ilustração XXXII E-learning Café da Asprela (Porto)	74
Ilustração XXXIII Estação do metro do Chiado	76
Ilustração XXXIV Rua do Crucifixo (entrada da estação do metro do Chiado)	78
Ilustração XXXV Zona do cais da estação do metro do Chiado	80
Ilustração XXXVI Corredor de acesso ao cais da estação do metro do Chiado	81
Ilustração XXXVII Estação de metro de São Bento	82
Ilustração XXXVIII Estação de metro de São Bento	84
Ilustração XXXIX Estação de metro de São Bento	86
Ilustração XL Elearning café (Jardim Botânico do Porto)	88
Ilustração XLI E-learning café da Asprela.....	90
Ilustração XLII Alçado Sul (levantamento) Escala gráfica	92
Ilustração XLIII Alçado Norte (levantamento) Escala gráfica	96
Ilustração XLIV Planta Piso 0 Escala gráfica	100
Ilustração XLV Corte Escala gráfica	102
Ilustração XLVI Planta Piso -3 Escala gráfica	104

Ilustração XLVII Planta Piso -2 Escala gráfica	106
Ilustração XLVIII Planta Piso -1 Escala gráfica	107
Ilustração XLIX Corte Escala gráfica.....	108
Ilustração L Planta Piso 1 Escala gráfica.....	110
Ilustração LI Planta Piso 2 Escala gráfica.....	112
Ilustração LII Corte construtivo Escala gráfica	114
Ilustração LIII Pormenor construtivo vão tipo 1 Escala gráfica.....	122
Ilustração LIV Pormenor construtivo vão tipo 2 Escala gráfica.....	124
Ilustração LV Pormenor construtivo vão tipo 5 Escala gráfica	130
Ilustração LVI Alçado vão tipo 6 Escala gráfica.....	132
Ilustração LVII Pormenor construtivo vão tipo 7 Escala gráfica.....	134

Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros

Uma proposta de reabilitação e reutilização do Palacete Vilhena Coutinho



Ilustração I | Fachada Norte do Palacete Vilhena Coutinho

1. INTRODUÇÃO

Projetar: há um princípio quase em nebulosa, raramente arbitrário. Perpassa a história toda, local e estranha, e a geografia, histórias de pessoas e experiências sucessivas, as coisas novas entrevistadas, música, literatura, os êxitos e os fracassos, impressões, cheiros e ruídos, encontros ocasionais. Uma película em velocidade acelerada suspensa aqui e ali, em nítidos quadradinhos.

Álvaro Siza Vieira



Ilustração II | Pormenor da fachada Norte

1.1. INTERESSES, MOTIVAÇÕES E OBJECTIVOS

O tema da intervenção patrimonial tem dois pontos de partida, por um lado a consciência da atualidade do tema e por outro a consciência de uma lacuna na minha formação enquanto arquiteto.

O reconhecimento do valor cultural dos edifícios implica um sentido de responsabilidade acrescido na proteção desses bens, ou seja, importa assim perceber de que forma um projeto de reabilitação pode ou não e deve ou não salvaguardar a história do edificado. No que diz respeito aos edifícios classificados, tanto a nível nacional como a nível internacional, existem autoridades competentes especificamente vocacionadas para a gestão do património cultural. Qualquer género de intervenção tem de ser submetida a esses domínios. Contudo, apesar de existirem diversos documentos com práticas e princípios de intervenção, não há uma regra para todas as intervenções. Para além disso, e ainda mais problemático, existe património não classificado, existem edifícios com reconhecido valor cultural que não são efetivamente património.

Sem uma regra, qualquer tipo de intervenção está assim sujeito à criatividade e conhecimento de quem coordena a intervenção. Devido à inexistência de uma regra, à existência de diversos princípios de intervenção, resultantes da criatividade individual dos arquitetos, foram realizadas intervenções distintas em edifícios de reconhecido valor histórico. Também devido a estes fatores não é possível classificar uma intervenção de boa ou má, ou seja, a subjetividade de uma intervenção patrimonial gera incertezas e diferentes opiniões no que diz respeito a intervenções no património.

Importa assim, através da experimentação, estudar e aplicar todo o processo de conceção de um projeto desta natureza, identificando e executando todas essas fases. Aliado a todas as problemáticas associadas ao tema da reabilitação, o facto de querer estudar e trabalhar na cidade em que nasci e cresci ajudou a limitar a escolha do objeto de estudo ao centro histórico da cidade de Braga e nele ao palacete Vilhena Coutinho.

1.2. METODOLOGIA E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS

1.2.1. PRIMEIRA FASE

O deambular pelo centro histórico de Braga na procura de um objeto arquitetónico que suscitasse interesse para um futuro projeto de reabilitação constituiu a primeira etapa de todo o processo. A escolha foi intuitiva, porém o levantamento despreocupado e sem qualquer rigor dos edifícios com necessidades de reconstrução permitiu revelar alguma despreocupação relativamente ao tema do planeamento da reabilitação por parte das instituições competentes. Consciente da impossibilidade de uma cidade limpa de edifícios degradados, o que mais me preocupa é perceber a passividade das instituições e dos proprietários quando nos referimos a construções históricas e patrimoniais profundamente degradadas, claramente em risco de ruir pondo em causa a segurança das ruas da cidade e ignorando a herança cultural da construção.

1.2.2. SEGUNDA FASE

A investigação e o levantamento fotográfico do palacete integraram a fase seguinte do trabalho, considerando toda a informação relativa quer à construção do palacete Vilhena Coutinho, quer às sobreposições de usos que foram impostos ao edifício. Ainda relativo à implantação do edifício, importou conhecer as condições em que foi construído, recolhendo assim informações relativas à implantação da cidade, bem como conhecer os espaços envolventes. Nesta fase de investigação foi fundamental uma análise bibliográfica intensa, ainda que muito escassa. A par da reunião de

informação histórica do contexto e do edificado, procedeu-se a recolha do material gráfico e fotográfico existente. Apesar de nunca ter sido possível visitar o interior do edifício, o estado avançadíssimo de degradação permitiu realizar um completo levantamento fotográfico através de imagens aéreas.

1.2.3 TERCEIRA FASE

Após a consolidação dos temas anteriores, depois de uma interpretação da informação recolhida, seguiu-se uma terceira fase, a fase de projeto que utilizou o caso de estudo, o palacete Vilhena Coutinho, como laboratório.

Intervenientes no processo de investigação sobre o tipo de programa implementado no projeto, o estudo do projeto geral e das estações do metro do Porto e particularmente o estudo da estação do Chiado do metro de Lisboa constituiu uma base fulcral no entendimento destas superestruturas, tais como relacionar a proporção e a sua inserção na malha urbana.

1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

1.3.1. PRIMEIRO CAPÍTULO

O primeiro capítulo, de definição do tema, dos objetivos e da metodologia, conduziu imediatamente o trabalho para a fase de investigação do objeto arquitetónico.

1.3.2. SEGUNDO CAPÍTULO

O período de pesquisa orientou o segundo capítulo da dissertação, o enquadramento do objeto arquitetónico no tempo e no espaço. Neste capítulo importou perceber a contextualização urbana, histórica e arquitetónica através de uma análise cronológica da evolução do complexo arquitetónico, análise essa que permitiu construir um diálogo entre a época construtiva e o estilo arquitetónico.

1.3.3. TERCEIRO CAPÍTULO

A fase de diagnóstico, apresenta uma análise das principais patologias após um rigoroso e catalogado levantamento fotográfico. Nessa fase foi possível perceber o já referido avançadíssimo estado de degradação e compreender os principais elementos a manter e/ou a recuperar.

1.3.4. QUARTO CAPÍTULO

Neste capítulo é apresentado a evolução do conteúdo programático bem como uma análise de três casos de estudo diretamente relacionados com o programa proposto, o metro do Porto, a estação do Chiado do metro de Lisboa e o E-learning café da Asprela.

1.3.5. QUINTO CAPÍTULO

O quinto capítulo, reúne a memória descritiva e justificativa da proposta final onde são expostas todas as opções, questões e problemáticas que foram surgindo no desenrolar do projeto. Além da descrição minuciosa do projeto através das várias escalas de intervenção são definidos no início do capítulo os princípios de intervenção da proposta final.

1.3.6. SEXTO CAPÍTULO

Por fim, é realizada uma reflexão pessoal sobre a generalidade das opções projetais tomadas, bem como uma ponderação dos objetivos atingidos. No fundo, este capítulo constituirá uma síntese de toda a aprendizagem que resultou desta experiência de intervenção num edifício com reconhecido valor histórico.



Ilustração III | Imagem aérea do conjunto arquitetônico

2. ENQUADRAMENTO

“O lugar pode ser uma situação temporal, uma posição, um estatuto, uma condição, uma oportunidade, uma ocasião, um acontecimento. As coisas acontecem, têm lugar. O lugar é o espaçamento (espacio-temporal) daquilo que acontece.”

Nuno Hígino



Ilustração V | Ortofotomapa de localização

2.1. BREVE LEITURA DO INÍCIO “DESTE” LUGAR

O objeto de estudo deste trabalho, o edifício, foi um antigo palacete e tribunal de Braga. Localiza-se no limite do centro histórico da cidade de Braga, ‘atravessado’ pela muralha medieval¹. Posiciona-se na zona noroeste da cidade de Braga entre duas praças estruturantes da cidade, a Praça do Município e a Praça Conselheiro Torres Almeida², e próximo de edifícios históricos e referenciais da cidade como a Igreja e Convento do Pópulo (atual Câmara Municipal de Braga), o Museu dos Biscainhos, a Igreja e Convento do Salvador, a Câmara Municipal de Braga e o Paço Arqueiepiscopal de Braga (atual Reitoria da Universidade do Minho e Biblioteca Pública de Braga).

¹ “(...), o troço norte da muralha desenvolvia-se até ao postigo de Santo António, que permitia o acesso ao medieval Campo de Touros do Arcebispo, moderna Rua de Santo António, correndo pelo interior dos quintais dos edifícios com fachada para o Campo da Vinha.” In RIBEIRO, Maria, Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da Paisagem e do Povoamento, 2008, pág.338.

² A Praça Conselheiro Torres de Almeida é uma continuação da Praça Conde Agrolongo, antigo Campo da Vinha.



Ilustração VI | Diagrama das muralhas da cidade de Braga

A localização muito próxima da muralha medieval, justifica uma análise da evolução da malha urbana pelo menos desde a sua construção, com o objetivo de perceber a evolução do quarteirão no qual o complexo arquitetónico em estudo se insere.

Desde a fundação da *Bracara Augusta* em 16-15 a.C. as muralhas foram naturalmente parte integrante da malha urbana da cidade, a muralha romana de *Bracara Augusta* (finais do séc. III) e a cerca medieval de Braga, *quer seja porque representam barreiras que limitam a sua expansão, quer seja porque orientam o desenvolvimento das cidades nos espaços intra e extramuros*³. Ao contrário do que acontece em várias cidades, a cerca medieval de Braga não se inscreve na antiga muralha de Augusto, aproveitando, inicialmente, apenas parte da muralha romana. Iniciada no séc. XI, só atinge o perímetro definitivo nos finais do séc. XIV, no reinado de D. Fernando. São conhecidas inúmeras e sucessivas reestruturações e ampliações da cerca da cidade, que aproveitou até ao séc. XIII a parte Norte da muralha romana.

Por volta dessa altura, em que se começou a abandonar definitivamente o troço Norte da muralha romana, o perímetro amuralhado começou a crescer no sentido setentrional, um crescimento provocado pela nova centralização da cidade. Uma muralha que se desenvolvia em torno da Sé Catedral de Braga, mandada construir pelo arcebispo D. Pedro, protegida inicialmente pela muralha romana tardia. A expansão da muralha medieval também se justifica pelo reduzido contorno defensivo justificado pela baixa densidade populacional no séc. XI que havia crescido nos séculos posteriores. A natural função defensiva da muralha acaba por diminuir no final da Idade Média, contudo a par da antiquíssima muralha romana as estruturas defensivas da cidade continuaram a limitar o desenho urbano da cidade.

³ RIBEIRO, Maria, op. cit., 2008, pág.337.

O início da construção da nova muralha não é bem precisa, contudo aparece referenciada pela primeira vez num documento de 1161⁴. Por outro lado, no que diz respeito à construção da parte Norte da fortificação, apenas existem os *dados iconográficos fornecidos pelo mapa de Braunio, que configuravam já o traçado da muralha fernandina*⁵. O mapa de Braunio, datado de 1594, adquire particular importância neste estudo porque regista em desenho pela primeira vez a cidade de Braga, nomeadamente todo o interior do perímetro amuralhado e as parcelas adjacentes ao exterior dos muros. O mapa revela em detalhe os espaços da cidade e destaca-se pela *imagem que nos proporciona da muralha e das suas portas, do Castelo, dos espaços religiosos, das ruas, dos quarteirões e das áreas edificadas na área intramuros, permitindo, igualmente, documentar alguns dos espaços extramuros, os caminhos rurais e o seu grau de urbanização*⁶.

O palacete localiza-se exatamente na zona Norte da cerca fernandina, na zona das últimas ampliações da muralha pensadas com o intuito de incluir o Paço Arquiepiscopal no interior da fortificação. O paço arquiepiscopal adquire particular importância neste estudo pois é indissociável da atual praça do Município, uma vez que no séc. XVI *grande parte do espaço norte de Braga, compreendido entre a área da Sé Catedral e a muralha fernandina, é propriedade dos Arcebispos, integrando a vasta área destinada ao Paço, mas, também o Campo de Touros dos Arcebispos* [atual Praça do Município], *situado a poente do Paço*.⁷

Como foi referido anteriormente, o objeto de estudo sobrepõe-se à muralha medieval, uma das fachadas voltadas para o interior da muralha, para a praça do município, ao passo que a outra fachada, situada no exterior da muralha, se volta para o campo da vinha. Assim considera-se indispensável uma análise destes espaços intra e extramuros, vista a interposição do edifício entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros.

⁴ RIBEIRO, Maria, op. cit., pág. 327.

⁵ Ibidem, pág.328.

⁶ Ibidem, pág.325.

⁷ Ibidem, pág.490.

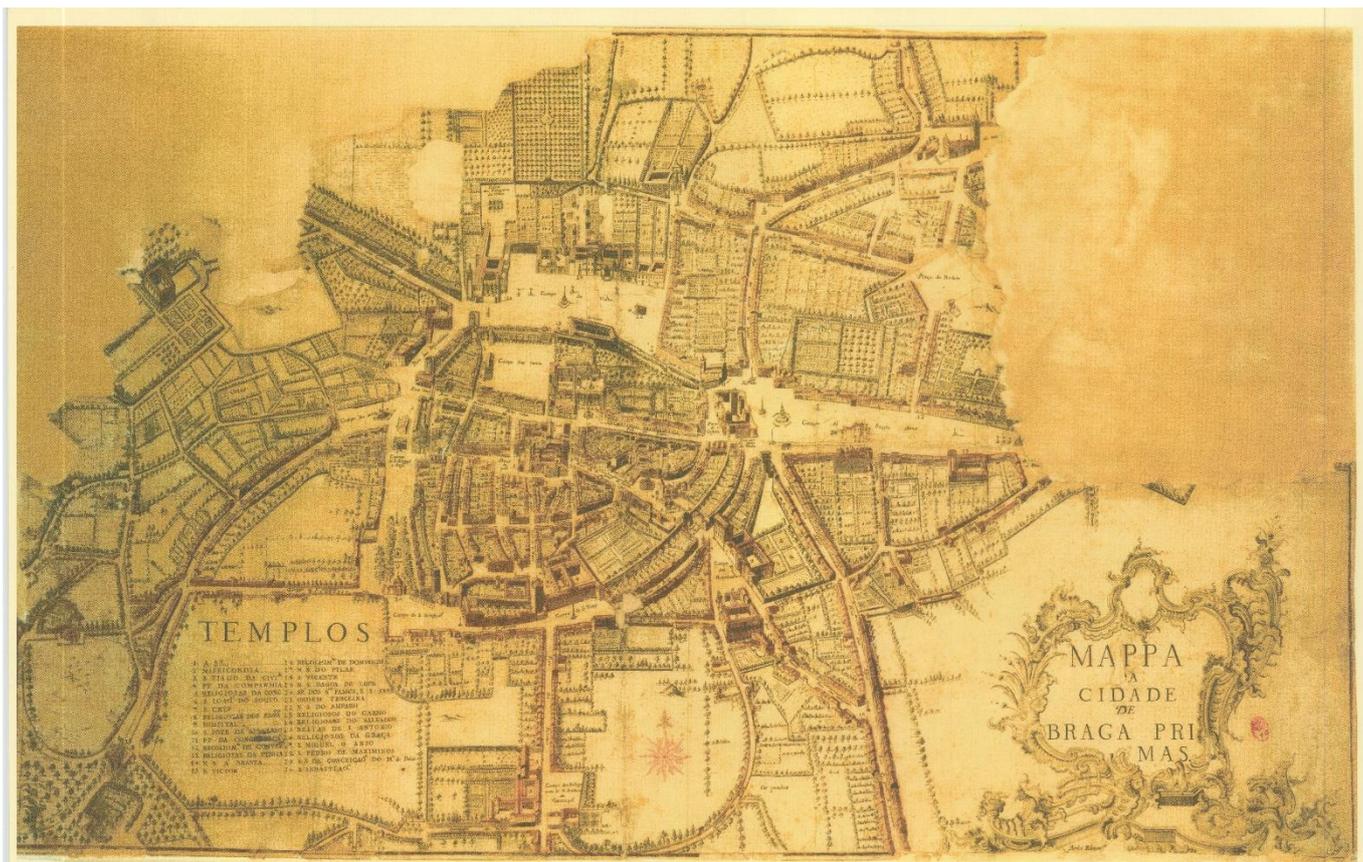


Ilustração VIII | Mapa da cidade

2.1.1. ENTRE O CAMPO DA VINHA E O CAMPO DE TOUROS

2.1.1.1. O CAMPO DE TOUROS

A Praça do Município é um espaço urbano que nasceu nos antigos terrenos do Paço dos Arcebispos, fundado possivelmente durante o séc. XIV. Os logradouros do Paço já aparecem definidos no mapa de Braunio como *Campus Archiepiscopi ubi ludi equestres exercentur*, que quer dizer *Campo do Arcebispo, onde se realizam jogos equestres*. Era provavelmente utilizado como espaço público, já que dava acesso a uma das portas da muralha, o postigo de Santo António. No mapa de Georgio Braunio, datado de 1594, é possível verificar que as construções *ocuparam as faixas contíguas à cerca, alinhando sistematicamente pelas suas faces, ora encostado pela interior, ora pela exterior.*⁸

Na segunda metade do século XVI é aberto neste espaço o Campo de Touros, durante a prelatura do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), em tempos assim denominada dada a essência das festividades que aí se desenrolavam. Contudo, é em 1751, com a decisão de D. José de Bragança (1741-1756) de mandar edificar uma nova ala do paço arcebispal, voltada para o Campo de Touros, que este espaço adquire o auge da sua importância. O mesmo arcebispo viria a ser responsável pela autorização para a construção de um outro edifício referente ao poder, a Casa da Câmara (1753/56-1863) situada no outro extremo da praça, definindo em conjunto com a ala poente do Paço Arquiepiscopal o eixo central do Campo de Touros. Ambos os projetos são atribuídos ao *afamado arquiteto bracarense*⁹ André Soares, que foi também responsável em 1756/1757, pelo desenho de um novo mapa da cidade, *o Mapa da Cidade de Braga Primaz*.

⁸ LEMOS, Francisco, LEITE, José, FONTES, Luís, A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga, In FERNANDES, Cristina, Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500), 2001, p.130.

⁹ BANDEIRA, Miguel, Braga d'outros tempos: fotografias do arquivo da foto aliança, 2005, pág.91



Ilustração IX | Praça do Município (Campo de Touros)



Ilustração X | Campo de Touros (segunda metade do século XVIII)



Ilustração XI | Antigo Mercado do Ferro

No mapa de Braga Primaz detetamos que a praça ganhou uma configuração muito semelhante à Plaza Mayor espanhola, com galerias a completar os pisos térreos das habitações.

Em 1763 a Praça dos Arcebispos sofre uma nova intervenção política que viria a mudar a sua função recreativa, pelo menos até meados do séc. XX. O sucessor de D. José, seu sobrinho, D. Gaspar de Bragança (1758-1789), *decidiu reunir alguns dos mercados dispersos pela cidade no antigo Campo dos Touros, a Praça do Município passou a constituir um amplo mercado aberto. Essa função manter-se-ia como uma especificidade do local, dando origem em 1878 à edificação de abarracamentos comerciais e de um amplo pavilhão no topo nascente*¹⁰. Em 1915 é implantado na zona central da praça um amplo mercado coberto com uma estrutura em ferro, projeto do arquiteto Moura Coutinho, que logo em 1955 viria a ser demolido. A partir dos anos 50 a praça adquire a forma que hoje se conhece. Contudo, só na década seguinte, em 1967, é colocada na zona central a fonte do Pelicano, que havia pertencido ao antigo paço arquiépiscopal.

¹⁰ BANDEIRA, Miguel, op. cit., pág.91.



Ilustração XII | Praça Conde de Agrolongo (Campo da Vinha)

2.1.1.2. O CAMPO DA VINHA

A Praça Conde de Agrolongo é um espaço urbano, que nasceu nos antigos terrenos do vinhedo de Santa Eufémia, daí ser conhecido popularmente como Campo da Vinha. Esta praça, a par da Praça do Município, é um dos produtos urbanísticos do arcebispado da cidade. Neste caso em particular, o arcebispo D. Diogo de Sousa decidiu comprar e oferecer à cidade o campo reconvertido em praça.

A importância do Campo da Vinha deve-se ao *profundo significado histórico, não só para a cidade como para o próprio País, aqui se assistiu a algumas das movimentações populares mais significativas do século XIX, com a Revolta da Maria da Fonte*¹¹. O campo da vinha funciona como um elemento agregador das pessoas que se deslocavam à feira semanal da cidade, às grandes paradas militares, às corridas de ciclismo. Este espaço amplo da cidade acolhia fundamentalmente, as esporádicas atividades que atraíam as gentes de Braga. O Campo da Vinha, *foi um elemento agregador de uma das expressões urbanas mais evidentes da Contra-Reforma, o fomento de novas instituições religiosas. Assim, foi criado o seminário de S. Pedro (1571), demolido nos princípios do século XX; o Convento do Pópulo (1596), reconvertido em quartel militar e albergando hoje os serviços da Câmara Municipal de Braga; o Convento do Salvador (1592), tendo mais tarde, em 1884, se tornado no Asilo de Mendicidade Conde de Agrolongo*¹².

¹¹ Ibidem, pág.96.

¹² BANDEIRA, Miguel, op. cit., pág.96.



Ilustração XIII | Parada militar (antigo Campo da Vinha)



Ilustração XIV | Feira (antigo Campo da Vinha)



Ilustração XV | Pormenor da fachada Sul

2.2. EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO OBJECTO ARQUITECTÓNICO

A análise cronológica do Palacete Vilhena Coutinho sintetiza o principal objetivo da estruturação deste texto. O presente texto pretende desconstruir as várias intervenções arquitetónicas desde a construção inicial do palácio até ao atual estado devoluto do edifício.

Descrever um edifício que ao longo tempo sofreu inúmeras alterações é uma tarefa sempre subjetiva que apenas pode ser fundamentada com base em dados e documentos históricos. Existem duas abordagens possíveis: partir do edifício atual e caminhar em direção ao passado ou fazer o percurso inverso. Ou seja, entender o edifício nas várias fases desde o objeto atual até à intenção residencial da família Vilhena Coutinho, ou por sua vez, partir da intenção da família nobre do séc. XVIII até ao objeto atual. Assim é necessário viajar no tempo nos dois sentidos de modo a perceber as intenções em cada instante de quem 'habita' o edifício.



Ilustração XVI | Casa da família Maciel Aranha

2.2.1. O PROJECTO DE CARLOS AMARANTE

No que diz respeito ao caso de estudo, o palacete Vilhena Coutinho, ainda existe muito pouca informação, pelo menos acessível até à data, sobre a sua fundação. Sabe-se que foi, a par da casa para a família de Francisco Maciel Aranha, um dos primeiros projetos de Carlos Amarante.¹³

É necessário estabelecer aqui a cronologia da sua vida, pelo menos até ao projeto do palacete, para tentar interpretar com mais ou menos certeza o momento do 'primeiro alicerce' da casa nobre.

Nascido a 30 de Outubro de 1748, é reconhecido a Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante, a sua capacidade autodidata para adquirir conhecimento. Contudo foi a proximidade ao seu pai, Manuel da Cruz Ferreira Amarante, músico de câmara dos arcebispos bracarenses D. José de Bragança e D. Gaspar de Bragança, que lhe permitiu uma série de oportunidades não só no conhecimento e gosto pela música como também na ligação aos poderes da cidade.

Ingressa no Seminário por volta de 1765, com 17 anos, mas a falta de vocação fê-lo desistir da vida religiosa e dedicar-se à ilustração de livros religiosos e à lecionação de música. Teve quatro filhos do casamento com Luísa Clara Xavier, em 1771. Dois anos mais tarde, em 1773, é nomeado Inspetor das Obras Públicas de Braga. Contudo, é a partir de 1783, quando é nomeado porteiro da Câmara do Arcebispo D. Gaspar de Braga, que Carlos Amarante adquire conhecimentos de arquitetura através da convivência e frequência quer do Palácio dos Arcebispos quer da sua respetiva Biblioteca.

¹³Feio, Alberto, Uma figura nacional Carlos Amarante: insigne arquiteto e engenheiro (1748-1815), 1950, Pág. 8



Ilustração XVII | Bom Jesus do Monte

Sabe-se que os primeiros projetos de Carlos Amarante, cuja obra se situa na transição do barroco para o neoclássico, na cidade de Braga, foram as casas da família Maciel Aranha e Vilhena Coutinho. Contudo, não foi possível estabelecer o exato momento destas duas intervenções. Apenas se sabe que, depois destas obras, surgiram encomendas mais importantes que rapidamente fizeram de Carlos Amarante *um dos principais arquitetos bracarenses do século XVIII*¹⁴. *Para o Santuário do Bom Jesus do Monte (1784-1811) traçou, o projeto do novo templo, assim como o jardim, as ermidas, a fonte do Terreiro de Moisés e o Escadório das Virtudes.*¹⁵

Amarante inicia a carreira militar aos 45 anos: em 1792 foi nomeado segundo tenente do Real Corpo de Engenheiro, ascende a primeiro tenente em 1796 é promovido a capitão em 1801. Em 1812, devido a uma reforma da Engenharia Militar, é afastado do Real Corpo de Engenheiros.

Desde 1783 até ao ano da sua morte, a 22 de Janeiro de 1815, que Carlos Amarante foi cimentando, entre Porto e Braga o seu percurso arquitetónico com obras de referência: o Santuário do Bom Jesus, a fachada da Igreja da Nossa Senhora do Pópulo e o Hospital de S. Marcos, em Braga; a Igreja de S. José das Taipas e a Igreja da Ordem Terceira da Trindade, no Porto.

Não é possível datar rigorosamente o projeto do palacete Vilhena Coutinho, contudo é possível localizá-lo num intervalo de tempo relativamente curto. O projeto da casa nobre é nitidamente anterior ao plano do Bom Jesus (1784) e posterior à nomeação de Carlos Amarante (1773) a Inspetor das Obras Públicas. Contudo, é possível restringir ainda mais este período de tempo, visto que Carlos Amarante só em 1783 começa a estabelecer um maior contacto com a matérias arquitetónicas no período em que foi nomeado porteiro da Câmara do Arcebispo D. Gaspar de Bragança.

¹⁴ Universidade do Porto, Edifício da Reitoria da U. Porto – Projetistas, disponível em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=edif%20da%20reitoria%20-%20projetistas%20-%20carlos%20lu%C3%ADs%20ferreira%20de%20amarante. 10 de Janeiro de 2016

¹⁵ibidem



Ilustração XVIII | Campo de Touros (segunda metade do século XVIII)

Atualmente em ruínas, o palacete é um objeto bastante complexo, principalmente pela sua *arquitetura e inserção urbana*¹⁶. Partindo apenas da ruína para analisar o conjunto arquitetónico, uma vez que não existem desenhos originais, o palácio apresenta *características vincadamente urbanas, com existência de um andar nobre definido por janelas de sacada e elaborados pormenores decorativos no conjunto das portas e janelas*.¹⁷

As fachadas voltadas para o Campo de Touros e para o Campo da Vinha, ainda que semelhantes, vêm evidenciar a complexidade do edifício, uma vez que fazem questionar a sua contemporaneidade. Ainda assim, a fachada voltada para o Campo de Touros *é a mais nobre, o que facilmente se depreende pela maior importância deste conjunto urbano, axialmente estruturado pelos dois edifícios projetados por André Soares, a Câmara Municipal e o Paço Arquiepiscopal*. Numa análise detalhada às fachadas supõe-se que a fachada nobre seja ligeiramente mais antiga, pelas dimensões e pela ténue simplicidade decorativa. Ainda assim, assumo que seja um único projeto e entende-se esta ligeira diferenciação como distintos momentos de construção.

A arcaria, outrora aberta, *responsável por uma dramatização negra de sombra neste edifício*¹⁸, sublinha o carácter de algum aparato na fachada da casa Azevedo Coutinho, e assinala uma das alterações mais vincadas entre aquilo que seria a originalidade da fachada nobre e a atual fachada. Registada documentalmente no livro de atas da Câmara Municipal de Braga, a alteração na arcaria do lado nobre dá-se em 1889, depois de em 1888 António Luís da Costa Pereira Coutinho de Vilhena ter *concordado com o preço estipulado para a compra do terreno debaixo da arcada, em frente de sua casa*¹⁹. Assim, em 1889 Coutinho de Vilhena realiza o tapamento dos arcos da fachada da sua casa que davam para o Campo de Touros.

¹⁶ Duarte, Eduardo, Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquiteto de Braga e do Porto, 2000, Pág. 101

¹⁷ Duarte, Eduardo, Carlos Amarante (1748-1815), Pág. 101

¹⁸ Idem, Carlos Amarante (1748-1815), Pág. 101

¹⁹ Idem, Carlos Amarante (1748-1815), Pág. 101

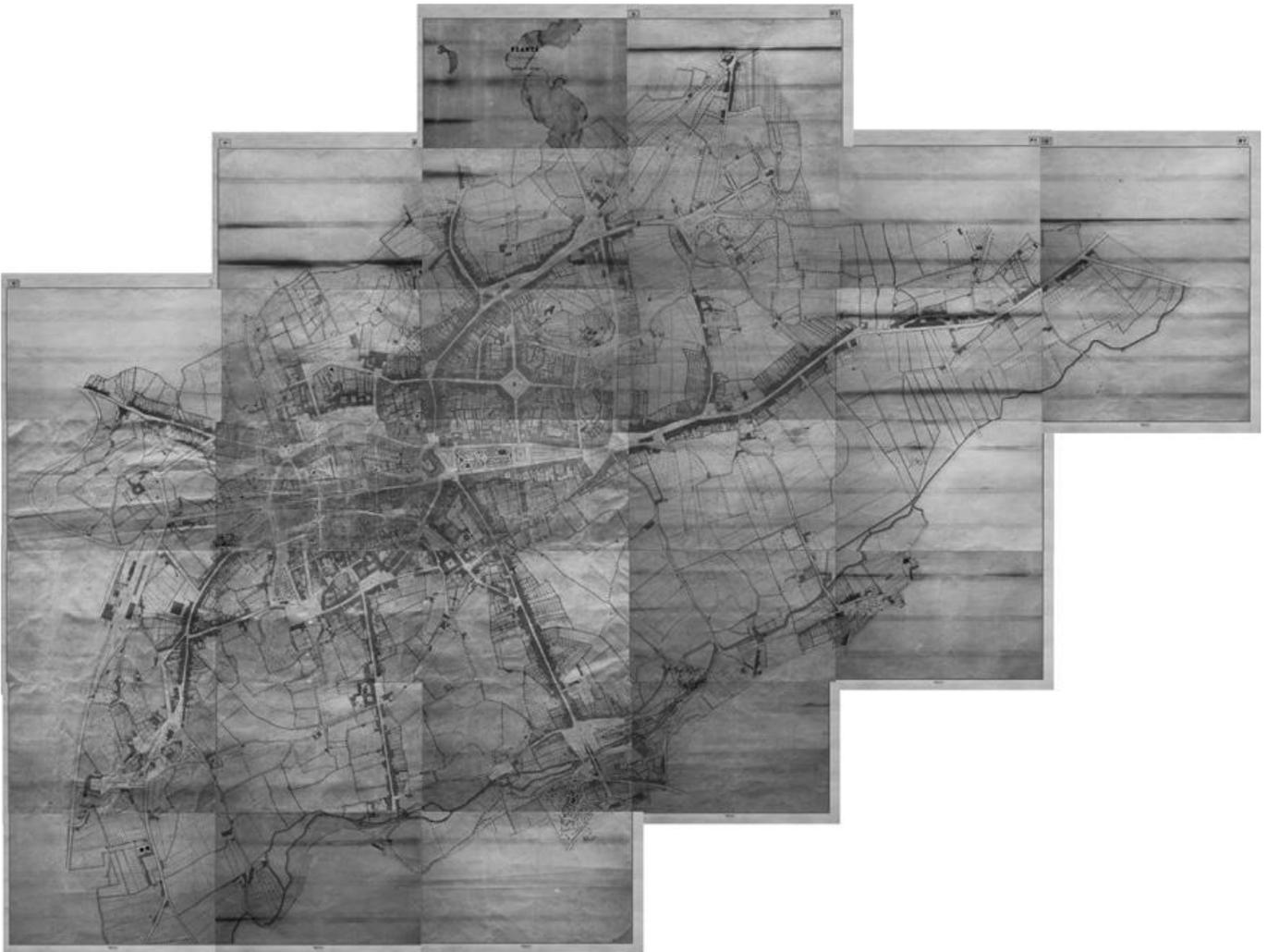


Ilustração XIX | Planta topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard. Composição de 30 folhas

A planta topográfica de Francisque Goullard, composta por 30 folhas e desenhada entre 1883 e 1884 à escala 1.500, é um dos mais importantes registos topográficos do séc. XIX. Trata-se de *um dos mais importantes documentos para o estudo do urbanismo oitocentista*²⁰ e umas das primeiras representações cartográficas rigorosas da cidade de Braga. Assume particular importância neste estudo, visto que representa o *sistema viário, regista quarteirões, o parcelamento, o edificado e o uso diferenciado do solo*²¹, para além de rotular os principais equipamentos e praças da cidade. A inserção deste esboço da cidade neste estudo deve-se à ocasião do desenho, porque foi realizada na mesma altura em que foram efetuadas alterações construtivas e programáticas no palacete Vilhena Coutinho. A análise à carta topográfica de Goullard permite verificar não só a existência de uma arcada na fachada nobre da residência, mas também em toda a extensão sul do quarteirão.

²⁰ Bandeira, Miguel, Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard: 1883-84, 2015, Pág. 8

²¹ Bandeira, Miguel, Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard, Pág. 9

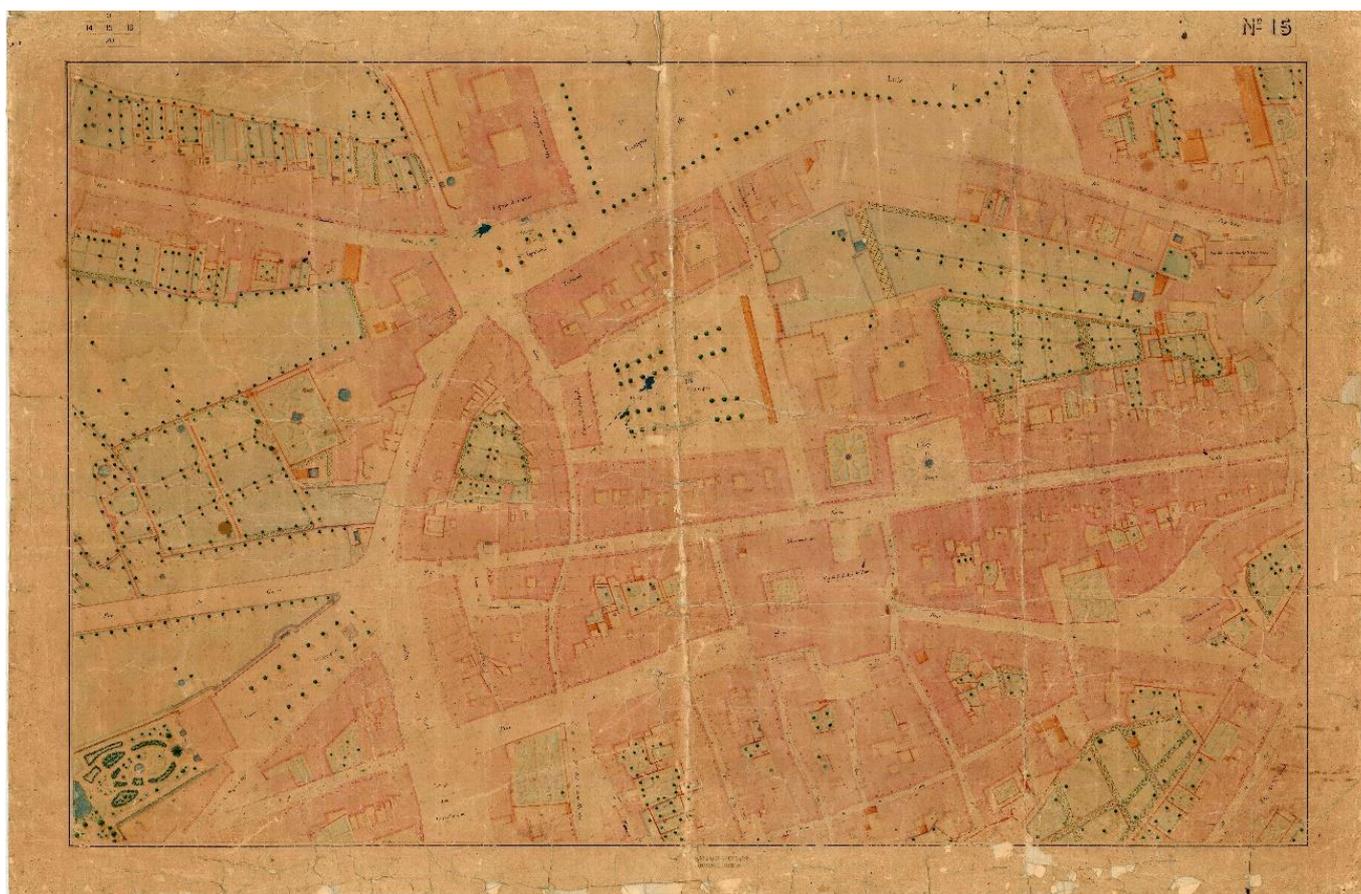


Ilustração XX | Planta do tribunal de Francisque Goullard

2.2.2. ADAPTAÇÃO A TRIBUNAL

A informação sobre a alteração programática de casa nobre a tribunal é muito escassa. Apesar de inúmeras vezes se encontrar referências sobre a adaptação do palacete a tribunal na intervenção de Moura Coutinho a realidade é que o tribunal já tinha sido adaptado a essa função antes da sua intervenção. Apenas se conhece a cedência ou alienação do lote norte por parte da família Vilhena Coutinho à Câmara Municipal de Braga para aí instalar o Tribunal Judicial de Braga. Eduardo Duarte Alves refere que o tribunal estava instalado no palacete de Vilhena Coutinho por volta de 1869. Esta informação foi obtida no Arquivo Municipal de Braga através do Sr. Luís Costa, ou seja, sem nenhuma base documental. Não há assim, certeza sobre a data precisa em que o tribunal iniciou funções no novo espaço. A planta de Francisque Goullard confirma, contudo, que o tribunal já funcionava na antiga casa nobre por volta de 1883.

Ainda assim, a casa nobre, mesmo depois da adaptação a tribunal, continuou a desempenhar a sua função original de habitação. Esta adaptação apenas ocorreu em metade da casa que ainda dispunha de uma ligação entre a casa nobre e o tribunal. Assim, a 1 de maio de 1874, a Câmara *concedeu licença a António da Costa Pereira Coutinho de Vilhena para tapar a pedra e cal a porta da sua casa que comunicava com o tribunal*²².

²² Idem, Carlos Amarante (1748-1815), Pág. 101

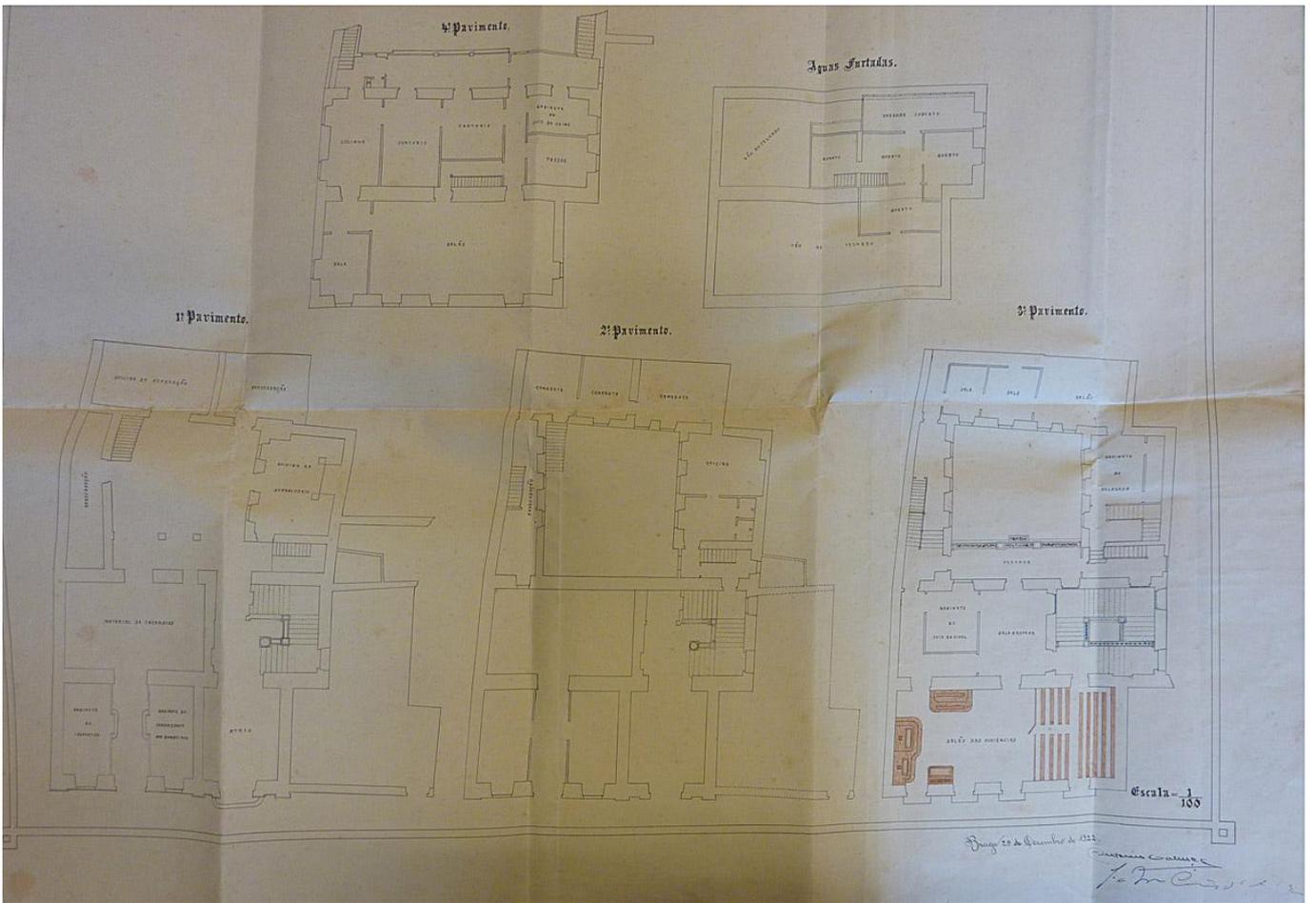


Ilustração XXI | Planta de levantamento do existente Tribunal Judicial de Braga

2.2.3. REABILITAÇÃO DO TRIBUNAL

A reabilitação do tribunal, que estava há cerca de 50 anos instalado no palacete, levada a cabo por Moura Coutinho é o que mais nos informa do foi realmente o complexo arquitetónico da família Vilhena Coutinho.

João de Moura de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, nascido a 25 de março de 1872, com formação do nível secundário, torna-se apontador de 3ª classe na Direção das Obras Públicas de Braga. Em 1889 com apenas 17 anos, com uma larga experiência na Direção das Obras Públicas entre Braga, Coimbra e Lisboa, e depois de estabelecer contacto com Ernesto Korrodi, professor de desenho ornamental na Escola Industrial de Braga e com o mestre António Augusto Gonçalves, o nome de Moura Coutinho surge associado a um vasto conjunto de obras, minhotas depois de regressar a Braga, em 1905. Nesta época, Coimbra, Lisboa e, principalmente, Braga, *terão novos equipamentos urbanos, abrangendo várias tipologias arquitetónicas, como teatros, asilos, bancos, hotéis, paços de concelho, mercados, assim como habitações, bairros e casas económicas, igrejas, arranjos e reutilizações de edifícios pré-existentes.*²³ O final da sua vida fica essencialmente marcada pelos *estudos histórico-arqueológicos e o restauro do património, assim como a criação de textos para a imprensa da época.*²⁴

A 29 de Dezembro de 1922 Moura Coutinho e António Valença entregam à Câmara Municipal de Braga uma planta do levantamento do existente Tribunal Judicial de Braga. Este esboço permite perceber e confirmar a instalação do tribunal na metade norte do palacete e perceber hipoteticamente, visto que não se conhecem obras na primeira adaptação a tribunal, a disposição interna do palacete enquanto residência.

²³ Martins, Rita, *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954)*, 2010, Pág. 3

²⁴ Martins, Rita, *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça*, 2010, Pág. 3



Ilustração XXII | Brasão da cidade Braga no frontão da fachada Norte

Logo no início da Memória Descritiva, apresentada a 1 de agosto de 1923, Moura Coutinho vem confirmar a tese de que o tribunal já desempenhava funções numa *casa particular que se adaptou ao atual fim*²⁵. Desde há muitos anos que havia a necessidade de se criar um edifício apropriado para *desempenhar devidamente tão nobres funções*²⁶ e, aliado a essa necessidade, o *péssimo estado de conservação*²⁷ levou a Câmara Municipal de Braga a nomear uma Comissão para estudar a escolha de um edifício para o tribunal. Essa escolha recaiu exatamente no terreno do antigo tribunal forçando o projeto do tribunal a aproveitar não só a fachada como *também tudo que fosse possível*²⁸.

Apesar de Moura Coutinho admitir que o atual edifício do tribunal seria *absolutamente inaproveitável*²⁹ e que não tinha *os indispensáveis aposentos*³⁰, não só pelo seu estado de conservação como também *pelas exigências de uma moderna casa de justiça*, acaba por aceitar o parecer da Comissão dado à Câmara que mandou executar o projeto nos termos desse mesmo parecer.

Nessa Memória Descritiva do projeto de 1923 Moura Coutinho refere que num aditamento à Memória Descritiva do anteprojecto de 1922 comunicou à Câmara que, pela *exiguidade do terreno e pela altura dos prédios*³¹ que limitavam a construção, as *condições de iluminação e exposição aos raios solares em que ficavam os aposentos interiores*³² eram muito precárias. Assim, aconselhou à Câmara Municipal de Braga a *compra ou expropriação do prédio que, com frente para o Campo do Conde Agrolongo, liga ao edifício do tribunal, pela sua face Norte*.³³

²⁵ Memória descritiva de Moura Coutinho do Arquivo Municipal de Braga in Martins, Rita, *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça*, 2010, Pág. 287

²⁶ Ibidem, Pág. 287

²⁷ Ibidem, Pág. 287

²⁸ Ibidem, Pág. 287

²⁹ Ibidem, Pág. 287

³⁰ Ibidem, Pág. 287

³¹ Ibidem, Pág. 287

³² Ibidem, Pág. 287

³³ Ibidem, Pág. 288

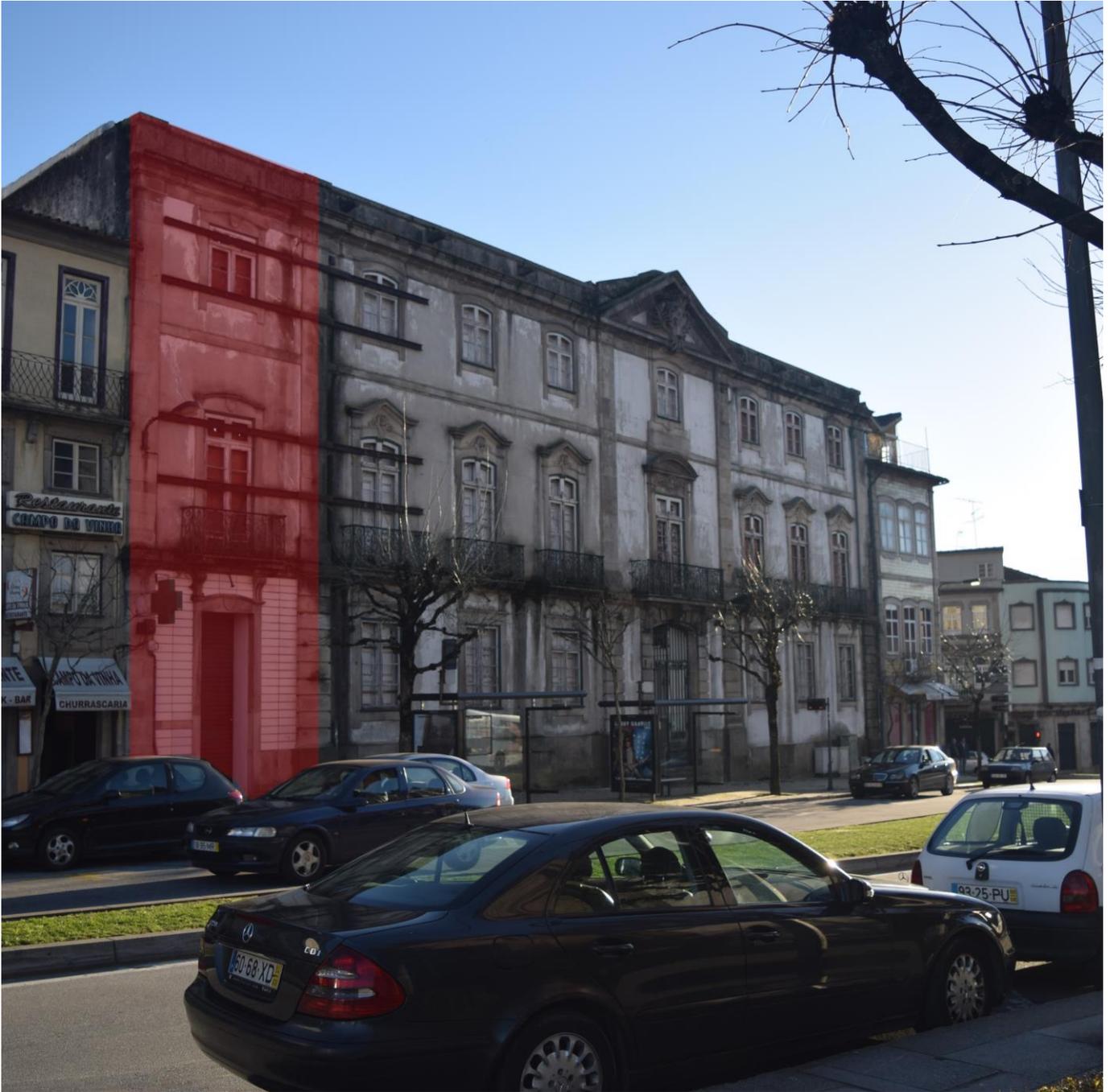


Ilustração XXIII | Aumento realizado na fachada Norte

Aceite a proposta de Moura Coutinho por parte da Câmara Municipal de Braga, o novo projeto contempla o adquirido *prédio de quatro metros de largo por 29 de comprido*³⁴, permitindo assim a Moura Coutinho dispor o programa de uma forma que lhe permite dar uma melhor exposição aos espaços. Refere ainda que quase nada seria aproveitável, a não ser a *fachada exterior, duas paredes junto ao átrio e o material da demolição*³⁵.

Neste acrescento, visível na atual fachada Norte, o arquiteto procurou *dar-lhe uma forma mais simples e modesta de maneira a não prejudicar a linha rhythonica do edificio*³⁶, propondo assim aproveitar dentro do possível o alçado existente.

Apesar de ter elaborado antes de 1922 e apresentado oficialmente o projeto e a respetiva Memória Descrita em Agosto em 1923, apenas a 2 de Agosto de 1926, numa reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, o Presidente propõe que enquanto não fosse presente o orçamento das obras se procedesse *à demolição de algumas paredes, indispensáveis, digo, paredes que pelo projeto têm de desaparecer e que logo que seja presente o orçamento de construção se façam as arrematações de empreitadas ou tarefa, propondo meios que da administração dessas obras fiquem encarregados os autores do projeto, senhores engenheiros António Valença e arquiteto Moura Coutinho*.

Assim, no documento assinado por Moura Coutinho e António Valença a 30 de Dezembro de 1926 Moura Coutinho, lamentando as condições em que estavam instalados os serviços judiciais, considera este atraso no arranque das obras altamente vantajoso porque deu tempo para que a Vereação Municipal tomasse a decisão de colocar *de parte a ideia que presidiu ao programa anterior de, conjuntamente com os tribunais, instalar n'este edificio as diversas repartições de finanças do concelho*.³⁷ Essa demora permitiu ao arquiteto reformular todo o projeto, que entre outras

³⁴ Ibidem, Pág. 288

³⁵ Ibidem, Pág. 288

³⁶ Ibidem, Pág. 291

³⁷ Ibidem, Pág. 296

vantagens, resultou numa melhoria notável na instalação das várias dependências e na economia de quase dois terços sobre o anterior projeto.

No que diz respeito às estruturas aproveitáveis Moura Coutinho contraria nesse texto a memória anterior, referindo que para além *das paredes da frente (fachada) e as laterais que são mieiras com os proprietários da periferia do edifício*,³⁸ na nova construção iria aproveitar na sua totalidade *as paredes da parte principal do edifício, e como construção anexa, simplesmente se fazem as salas de audiência e a escadaria principal*.³⁹

Neste novo projeto o arquiteto aparenta estar mais confiante no projeto atual porque no anterior plano para além do Tribunal teria de instalar a Repartição de Finanças, facto que não era de seu agrado porque não garantia a devida independências dos espaços. Assim coloca no Rés do Chão o Juízo Civil, no primeiro andar o Juízo Criminal e no segundo andar o Cartório.

³⁸ Ibidem, Pág. 297

³⁹ Ibidem, Pág. 297

2.2.3. ESTADO DE ABANDONO

Ainda é desconhecida a razão porque, posteriormente à reabilitação do edifício, este tenha entrado em ruína. Também não se sabe ainda, apesar de ser a mais recente fase, a altura em que quer a família Vilhena Coutinho quer o Tribunal Judicial de Braga abandonam o quarteirão.



Ilustração XXIV | Vista aérea do conjunto arquitetônico

3. DIAGNÓSTICO

“As linhas para a concretização de uma operação de reabilitação são definidas na base de projeto; para que este resulte é necessário dispor de informação tão exhaustiva e correta quanto possível sobre o existente e, além disso, recomenda-se a adoção de duas atitudes fundamentais que deverão orientar a equipa multidisciplinar que se forma: capacidade de trabalhar em grupo, usando as melhores competências de cada um; humildade perante o edificado existente com o necessário respeito pelo trabalho e pelos conhecimentos daqueles que antes o produziram.”

João Appleton



Ilustração XXV | Vista aérea do conjunto arquitetónico

3.1. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS

O último levantamento gráfico, obtido numa fase muito adiantada deste trabalho, datado do ano de 1998, revela em detalhe os espaços internos daquele que foi o último uso deste espaço. Contudo, nas primeiras visitas de reconhecimento do edifício, foi possível perceber que, para além do estado de abandono, o edifício revelava um adiantado estado de destruição. O acesso pelo exterior, associado ao encerramento da maior parte dos vãos com recurso a alvenaria de tijolo, não permitiu de forma clara perceber o interior do complexo. Percebia-se, porém, sem grande exatidão, partes do interior destruídas.

O aparente estado de destruição do edifício e a impossibilidade de acesso ao seu interior travaram num primeiro momento o entendimento geral do estado atual do palacete. Posteriormente, com recurso a imagens aéreas através de, um *drone*⁴⁰ foram recolhidas imagens do grau de destruição do edifício. Todo o interior do palacete simplesmente não existia. A não existência de qualquer tipo de destroços no interior do perímetro das fachadas conduziu a conclusão de que ocorreu uma demolição intencional do interior do palacete. Atualmente restam apenas as duas fachadas e as respetivas caixilharias, ou seja, o antigo palacete segue aquilo que parece ser *o modelo de referência para Portugal*⁴¹, uma *reabilitação que na verdade é uma descarada renovação travestida de fachadismo*⁴².

⁴⁰ Um *drone* é uma tecnologia recente, um aparelho aéreo não tripulado manobrado através de controlo remoto. É utilizado por fotógrafos e cineastas profissionais para recorrerem a imagens aéreas impossíveis de obter pelo ser humano através da instalação de uma câmara fotográfica no aparelho.

⁴¹ AGUIAR, José, Reabilitação ou fraude?, In Revista Património, 2014, p.67.

⁴² Ibidem, p.67.



Ilustração XXVI | Volume construído na parcela do Palacete Vilhena Coutinho

As imagens aéreas permitiram ainda confirmar a existência de uma construção do edifício anexo ao lote, que se expande de uma forma pouco usual para o interior da parcela do palacete. Esta intervenção corresponde à expansão de uma farmácia,⁴³ que se localizava apenas no edifício adjacente. A singularidade dessa intervenção arquitetónica apenas ao nível do rés-do-chão, cria assim um túnel de ligação entre as duas praças. O facto de a farmácia ter transferido, a entrada ao público para as fachadas do palacete revela o nível da invulgaridade da intervenção. Assim, a imagem geral da frente de rua sofre uma rutura visual no que diz respeito à definição dos lotes do quarteirão.

A frequente destruição do interior dos edifícios é uma prática recorrente hoje em dia para contornar, um dos princípios da reabilitação, ou seja, que qualquer regeneração do construído *deve adaptar-se ao objeto construído e às suas características essenciais e não o contrário, pois se o edifício for obrigado a ajustar-se ao projeto a operação está condenada ao fracasso, visto que será certa a destruição da identidade original sem que se recrie uma outra, respeitadora da primeira e que a transforme e valorize*⁴⁴.

Penso que esta intervenção ajuda a esclarecer a destruição do interior do palacete, uma construção que era vista como uma barreira à expansão da farmácia, uma clara interposição no desejo do projetista e/ou do(s) proprietário(s) da mesma. Daqui resulta a destruição integral do interior visto que essa intrusão na parcela anexa surge numa zona sensível à estrutura, no rés-do-chão junto à parede meeira das construções. É claro que essa expansão da farmácia nunca seria possível, pelo menos na área conquistada, sem destruir aquela secção do lote.

⁴³ A intervenção na Farmácia Coelho (Braga, Portugal) esteve em destaque na revista *Attitude* (n. 16). O artigo, intitulado “Uma farmácia que cresceu por um túnel”, destaca a requalificação do edifício da antiga farmácia Coelho, cuja intervenção permitiu simplificar e retificar um espaço tendencialmente tortuoso. A aquisição de uma parcela anexa permitiu prolongar o espaço da antiga farmácia, abrindo-a assim para duas praças e trabalhando-o no sentido longitudinal. Um dos maiores desafios foi “libertar o túnel de uma imagem pesada inerente”, resolvido através de uma rampa e diferentes inclinações que não só permitiram solucionar as diferentes cotas, mas também animar um percurso tendencialmente longo. In. <http://www.carvalhoaraujo.com/pt/2007/07/10/farmacia-coelho-attitude/>

⁴⁴ APPLETON, João, Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios, In *Revista Património*, 2014, p.32.



Ilustração XXVII | Vista aérea da fachada Sul do Palacete Vilhena Coutinho

O desenho estrutural das construções arcaicas recorre frequentemente a paredes portantes que poderiam atravessar transversalmente a zona em que a farmácia se inseriu, comprometendo a construção de um túnel que atravessa todo o interior do quarteirão. A associação de todos estes fatores, conjugados com facilidades na aquisição, na destruição e na construção em edifícios históricos e, principalmente, com a total despreocupação pelo património construído, encaminharam o palacete Vilhena Coutinho a uma situação deplorável, reduzindo-o a duas fachadas que, quando isoladas, não caracterizam a verdadeira identidade quer do palacete quer do antigo tribunal de Braga.



Ilustração XXVIII | Pormenor do vão da fachada Norte

3.2. PATOLOGIAS

Só depois de analisadas as imagens aéreas foi possível perceber a dimensão da destruição do palacete. Dadas as condições gerais do conjunto arquitetónico, a análise das patologias resume-se ao estudo das fachadas e dos seus componentes principais: cantarias, guardas e caixilharias. Mesmo assim considera-se importante, ainda que superficialmente, realizar um levantamento do quadro patológico destes elementos de forma a avaliar as melhores soluções para a sua reabilitação.

Verifica-se na generalidade das duas fachadas uma série de patologias resultantes da total desproteção e da falta de manutenção periódica. Destacam-se a presença de algumas fissuras provenientes dos destacamentos de reboco, as mais graves, resultam da instabilidade estrutural das fachadas, uma vez que a inexistência dos espaços internos compromete o travamento estrutural dos panos de parede exteriores. Considerando uma análise superficial e não especializada verifica-se que as fachadas não estão comprometidas estruturalmente; apenas a fachada a Norte, talvez pelas suas dimensões, se encontra estabilizada através de uma estrutura metálica auxiliar.

Apesar de alguns dos vãos das fachadas terem sido encerrados com alvenaria de tijolo, possivelmente durante a demolição, os vãos das fachadas ainda mantêm as caixilharias originais. À exceção dos vidros, que praticamente não existem, as caixilharias ainda se encontram minimamente conservadas para um possível restauro ou para permitir uma análise na construção de umas novas, contudo é essencial salientar que apresentam patologias fruto de um abandono total de vários anos. As caixilharias de madeira maciça representam de imediato um conjunto de anomalias associadas à ação da humidade, o ataque de fungos, insetos, carunchos e térmitas.



Ilustração XXIX | Guardas metálicas da fachada Sul

A pedra de cantaria, muito habitual na construção dos edifícios antigos, utilizada tanto para funções mais resistentes como na definição de elementos estéticos e decorativos, é pela sua capacidade resistente aos agentes que provocam a sua alteração o elemento das fachadas em melhor estado de conservação. Apesar da elevada resistência deste material considera-se importante catalogar as patologias que mais se destacam na avaliação geral desta análise, nomeadamente as que dizem respeito à ação química dos agentes agressivos. As cantarias deste edifício apresentam, no cômputo geral, um ligeiro desgaste da pedra provocado pela água da chuva que na maior parte das vezes é agravado pelos efeitos químicos da poluição atmosférica. A poluição que é também responsável pela deposição de compostos químicos que provocam a sujidade da pedra é um problema em crescimento exponencial na proteção do património, visto a sua alta interferência nas propriedades mecânicas e estéticas, o desgaste e a sujidade.

Quanto aos elementos de ferro, o material que compõe as guardas das varandas, o quadro patológico resume-se à corrosão do metal provocado pela sua oxidação. As guardas estão desprotegidas pelo desgaste da pintura o que leva a corrosão a desenvolver-se a uma velocidade mais elevada, levando à perda de secção do metal a ponto de se romper. Visto que estes elementos não compõem qualquer sistema estrutural a perda de secção do metal não constitui nenhum problema de segurança, constituindo apenas danos estéticos. Ainda assim, a sua substituição está dependente uma análise detalhada.



Ilustração XXX | Vista aérea da Praça do Município e da Praça Conde Agrolongo

4. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO

“A reabilitação dos lugares obriga a uma cuidadosa, orquestração de interesses, a sustentabilidade do restauro físico depende da garantia de usos contemporâneos, obriga à integração de olhares e perspectivas, exige novas formas de governança baseadas na participação, para que seja possível uma vida coletiva. Se política urbana é a expressão de uma vontade de cidade, se entendemos as cidades como a ideal comunidade dos homens, então o centro tem de ser de todos, dos do centro mas também dos da periferia.”

Jorge Figueira

135 milhões investidos para criar metro urbano e renovar frota dos TUB

Projeto visa uma ligação direta entre a Universidade e a estação de comboios

OS TRANSPORTES Urbanos de Braga (TUB) vão investir 135 milhões de euros, em dez anos, na montagem de um sistema de metro de superfície, e na compra de novos autocarros, anunciou, ontem, o administrador Baptista da Costa.

BRAGA // PROJETO PARA METRO DE SUPERFÍCIE



O gestor da empresa municipal disse ao JN que, "logo que abram as candidaturas" ao quadro comunitário de apoio Portugal 2020, os TUB candidatam um projeto – com custo estimado de 100 a 120 milhões – para a instalação de um sistema elétrico de transporte urbano do tipo BRT – Veículo Rápido de Transporte (Bus Rapid Transit), que ficará concluído dentro de dez anos.

O responsável vinçou que o novo modo de transporte precisa de projeto financeiro e de engenharia, e infraestruturas de apoio, desde a aquisição dos BRT até à eletrificação – com sistemas de carregamento de baterias –, à demarcação de zonas de passagem ou sistemas eletrónicos e de semáforos.

Numa conferência no Club de Negócios SOHO, de Braga, Baptista da Costa adiantou que a restante verba, 15 a 20 milhões de euros, será investida na renovação da frota de 120 autocarros, à média de 1,5 milhões de euros anuais. "A frota está envelhecida, a média de vida dos veículos é de 16 anos, quando o máximo europeu é de 12", salientou.

Sobre o BRT, sublinhou que fará a ligação direta entre a Universidade do Minho e a estação de comboios da CP, atravessando a cidade em linha reta, passando por zonas atualmente pedonais, como a Rua dos Capelistas e o Campo da Vinha, e descendo pela Rua dos Biscainhos.

"Está provado que o transporte público não poluente em zonas pedonais beneficia o comércio e tira 20 % dos automóveis do centro", sustentou.

Baptista da Costa, que geriu o lançamento do Metro do Porto, frisou que a renovação da frota tradicional de autocarros "passa por um concurso aberto", de médio prazo, para que a compra de viaturas seja faseada, evitando que, tal como agora sucede, daqui a 12 anos a frota não esteja toda caduca.

"Apostámos em qualidade e conforto, com wi-fi, ar condicionado e lugar para carrinhos de bebé", concluiu.

Ilustração XXXI | Notícia do Jornal de Notícias sobre a construção de uma possível linha de metro em Braga

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aquando da escolha de um novo uso para o palacete Vilhena Coutinho, urgia encontrar um programa que revitalizasse a vida do edifício e ao mesmo tempo que reanimasse toda a sua envolvente através um tendencial aumento do fluxo entre os novos espaços e os vários espaços circundantes. Dadas as dimensões do grande invólucro que a pele da fachada forma e do carácter histórico do edifício houve uma tendência clara para que a escolha do novo uso para o palacete fosse nitidamente de índole pública.

Definido genericamente o programa, havia a necessidade de determinar com precisão os novos usos, decisão essa que surgiu espontaneamente durante a leitura de um artigo e uma posterior investigação sobre a possível criação de uma linha de metro na cidade de Braga. Este projeto visa ligar transversalmente a estação de comboios da cidade de Braga à Universidade do Minho, em Gualtar, através da instalação de um sistema elétrico de transporte urbano do tipo BRT Bus Rapid Transit ou veículo rápido de transporte.

A solução apresentada, um metro exclusivamente de superfície, aproxima-se da ideia inicial para o metro do Porto. Ideia essa que foi desde logo deixada de parte, quando se começou a pensar e a projetar efetivamente o desenho das linhas. Grande parte do metro do Porto localiza-se à superfície, mas a entrada em zonas sensíveis da cidade, nomeadamente, no centro histórico, obrigou o desenho das linhas a penetrar o solo portuense. Entende-se, portanto, que a solução apenas à superfície trará o mesmo problema ocorrido no Porto. Propõe-se neste projeto o mesmo tipo de solução, uma solução à superfície e em profundidade.

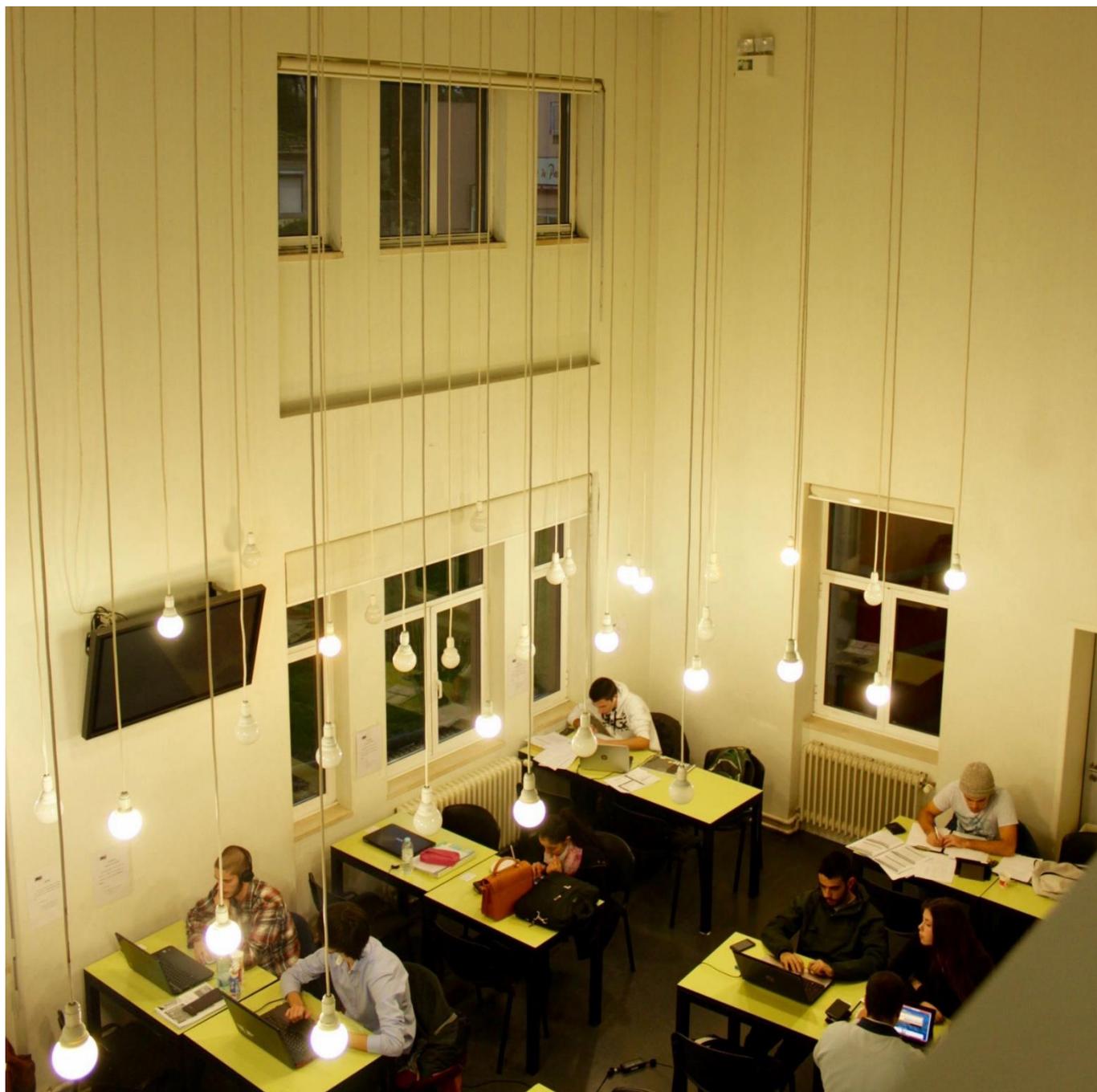


Ilustração XXXII | E-learning Café da Asprela (Porto)

A definição da linha estrutural do metro ajudou a clarificar a segunda parte do programa, uma vez que se pretendia um projeto claramente público, um projeto que visasse melhorar a qualidade destes espaços da cidade. A projetada linha de metro aproxima o objeto de estudo ao pólo universitário, responsável por um grande fluxo de estudantes que atravessam o centro da cidade. A ligação à Universidade do Minho e a consequente falta de espaços apropriados ao estudo no núcleo da cidade começou a desenhar no palacete Vilhena Coutinho um novo conceito de espaço escolar, um e-learning café.

O conceito deste novo espaço resulta não só da aproximação à Universidade através da nova infraestrutura do metro como da proximidade da maior parte das escolas da cidade ao palacete. Associado a esta interconexão entre os espaços pedagógicos e o palacete, as características do construído também se adaptariam facilmente a este novo conceito visto a flexibilidade deste tipo de programa. Este espaço será dotado de uma receção, espaços de estudo, auditório, cafetaria e instalações sanitárias.

Pretende-se ainda romper a “muralha” do quarteirão ao nível térreo criando uma nova ligação entra a praça de touros e o campo da vinha. Propõe-se uma grande praça que permitirá a ligação aos programas propostos e que ao mesmo tempo permita a conexão entre o interior e o exterior da cidade medieval.



Ilustração XXXIII | Estação do metro do Chiado

4.2. CASOS DE ESTUDO

4.2.1. METRO DE LISBOA

Para se entender a estação de metro no Chiado, é necessário recuar não só ao projeto de reconstrução dos armazéns do Chiado, como também perceber toda a simbologia e importância que o incêndio de 1988 destruiu no antigo Bairro da Pedreira⁴⁵.

Depois da grande catástrofe de 1755, o incêndio de 25 de agosto de 1988 nos Grandes Armazéns do Chiado instalava novamente na cidade de Lisboa o medo e a saudade. Aquilo que hoje se contempla no Chiado são vários estratos arquitetónicos do tempo. Começou por ser uma *sede de uma irmandade de nobres e mercadores ricos*⁴⁶, que *viu aumentado o seu espaço e importância em meados do século XV, com a fusão dos irmãos da Confraria dos Mercadores e armadores de navios*⁴⁷. Pode assim dizer-se que a primeira atividade arquitetónica no Chiado se iniciou por volta do século XV. Desde aí instalaram-se no Chiado inúmeras estruturas distintas, desde a igreja (transformada ao longo dos tempos) e do convento a fábricas, hotéis, lojas, etc.

Ciente da elevada importância da zona destruída pelo incêndio, o então Presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Krus Abecasis torna público o convite ao arquiteto Siza Vieira para reerguer e reconstruir toda a zona afetada pelo desastre.

⁴⁵ O Chiado era denominado de Bairro da Pedreira devido à existência de uma grande rocha que situava entre a Baixa e o Bairro Alto.

⁴⁶

⁴⁷



Ilustração XXXIV | Rua do Crucifixo (entrada da estação do metro do Chiado)

Esta decisão foi crucial para o sucesso que hoje reconhecemos ao Chiado. Em primeiro lugar a escolha do arquiteto e num outro plano, diretamente relacionado com a estação do metropolitano, reconhecer à Câmara Municipal de Lisboa a inteligência de englobar o projeto do metropolitano como um dos princípios orientadores do processo de reconstrução do Chiado.

Projetada pelo arquiteto Siza Vieira, a estação dupla do metro no Chiado situada entre o Largo da Academia Nacional das Belas Artes e a Rua Garrett permite a conexão entre a Linha A e a Linha C. A 45 metros da superfície, a estação da Baixa lisboeta é a mais profunda de todas as estações da rede de metropolitano.

Numa entrevista a José Salgado, Siza Vieira sublinha a extrema importância de pensar a estação do metropolitano ainda durante o projeto geral para o Chiado. Apesar de revelar algumas alterações às premissas iniciais, destaca a relevância de ter pensado na Rua do Crucifixo (que declarava secundária) para transformar o fluxo comercial justificando que é nessa rua que passarão a entrar e sair as pessoas da Baixa. A estação do metro foi crucial para o sucesso comercial, bem como, o sucesso comercial foi determinante na agitada estação da Baixa. No fundo, pensar as duas ideias (talvez mais) em simultâneo foi a chave para recuperar um Chiado destruído.

A estação de metro no Chiado é muito mais do que ligar a cidade às profundezas do metropolitano. Num centro histórico proliferado de elevadores públicos, muito por causa da topografia acidentada, o arquiteto Siza Vieira não se limita à criação de ligações entre a superfície e cave do metro, não deixando escapar uma grande oportunidade para ligar dois pontos opostos e importantes da cidade. Com recurso à escada rolante, o arquiteto cria um novo corredor urbano ligando dois pontos de acesso ao metro com uma diferença de cota considerável.



Ilustração XXXV | Zona do cais da estação do metro do Chiado

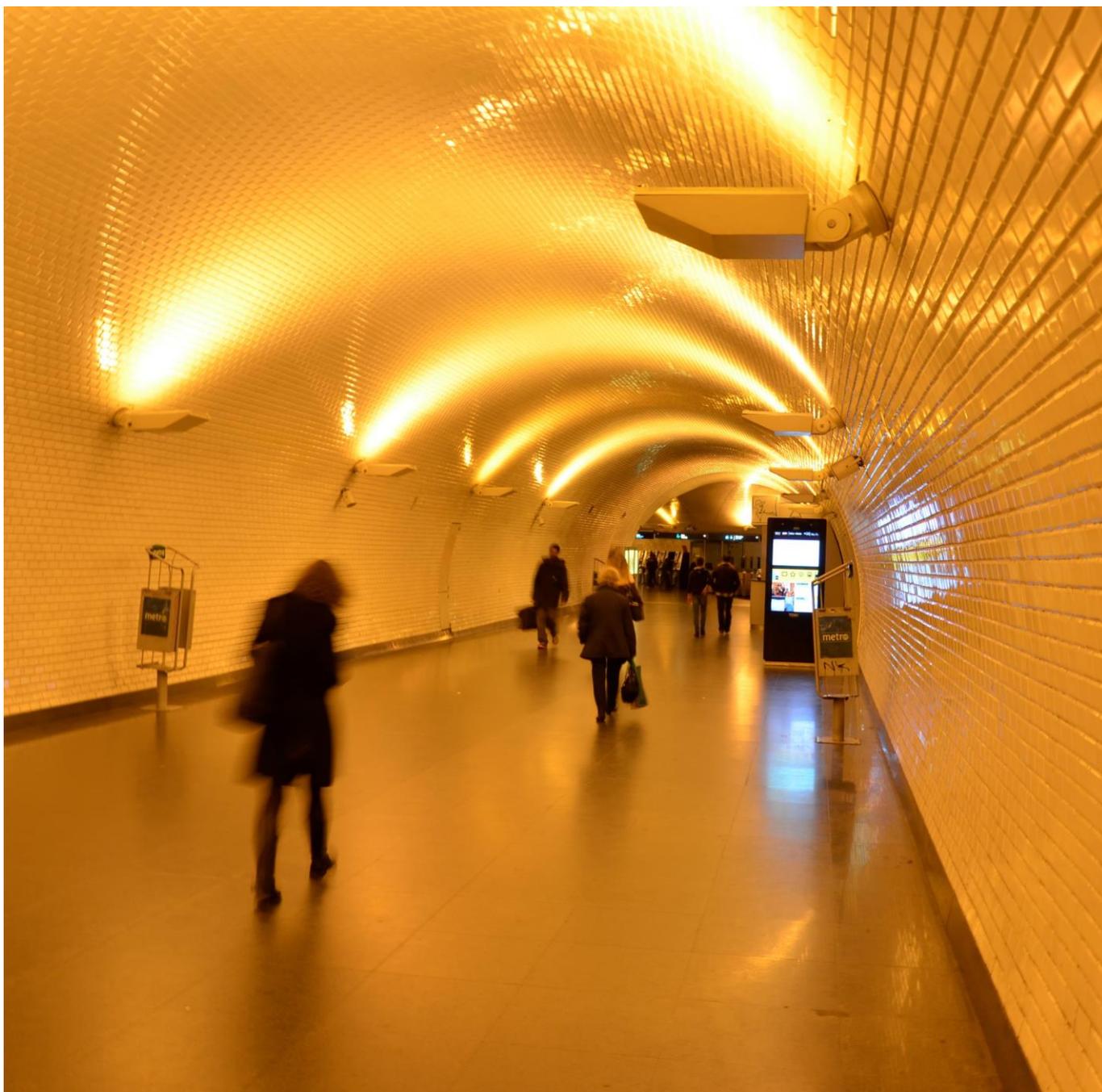


Ilustração XXXVI | Corredor de acesso ao cais da estação do metro do Chiado



Ilustração XXXVII | Estação de metro de São Bento

4.2.2. METRO DO PORTO

Ao contrário da análise à estação do Chiado do Metro de Lisboa importa estudar o projeto do Metro do Porto de uma forma global, visto que foi esse o pensamento projetual do vencedor do concurso público que viria a ser responsável pela construção desta megaestrutura: criar um projeto sólido assente em matrizes bem definidas para criar uma imagem homogénea ao longo de toda a extensão do metro.

O metro do Porto é composto atualmente por 6 linhas numa extensão total de 67 quilómetros. Apenas 6,7 quilómetros se desenvolvem por túneis, o que afirma o metro do Porto como uma clara solução metropolitana de superfície. Quanto às 81 estações que compõem as linhas, temos um total de 67 estações à superfície e 14 estações subterrâneas.

A solução de superfície em detrimento da usual solução subterrânea começou a ser pensada quando em 1989, a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) desenvolveu *um estudo a que chamou Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP), o qual defendia a “a conjugação de uma rede lógica de corredores” para autocarros e de uma “rede de carros elétricos modernos”*⁴⁸. Esse estudo realizado pela empresa apontava *diferentes soluções para o transporte em canal segregado, entre elas a solução de metro ligeiro*⁴⁹.

⁴⁸ MOURA, António [et al.], A história do Metro do Porto, 2007, pág.9.

⁴⁹ Ibidem, pág.9.



Ilustração XXXVIII | Estação de metro de São Bento

Esta ideia foi sendo debatida no panorama político como a solução para os graves problemas de trânsito da cidade do Porto visto que se tratava de sistema *muito rápido e com uma capacidade de transporte de 25 mil passageiros por hora*⁵⁰. Depois de diversas movimentações políticas e estudos sobre a ideia de um novo sistema de transportes públicos, em 1995 é lançado um concurso público internacional de *requalificação para o projeto, a construção, o fornecimento e a manutenção do sistema de metro ligeiro*⁵¹. Dos quatro consórcios que participaram no concurso três envolviam no projeto arquitetos portugueses, curiosamente os três do Porto, a Metro Portugalense, com Álvaro Siza, a Metropor, com Alcino Soutinho e a que viria ganhar o concurso, a Normetro, com Eduardo Souto de Moura.

Mais do que as questões políticas importa estudar as decisões que foram fulcrais para colocar o Metro do Porto no topo das referências a nível mundial. O primeiro ponto a destacar centra-se na decisão de integrar o arquiteto, neste caso Eduardo Souto de Moura, *na equipa técnica da Transmetro*⁵² e em constante confronto com a sociedade de engenharia responsável pelos *concept das estações subterrâneas, relativamente às modalidades e sistemas de acessos, segurança, ventilação, dimensionamentos, dos espaços, etc.*⁵³.

⁵⁰ Ibidem, pág.11.

⁵¹ MULLAZZANI, Marco, Uma obra naturalmente artificial, In CANNATÀ, Michele, FERNANDES, FÁTIMA, A Arquitectura do Metro: Obras e Projectos na Área Metropolitana do Porto, pág.23.

⁵² A vencedora do concurso, a Normetro, era composta por um outro agrupamento de empresas, a Transmetro que era responsável pela projectação e execução de obra de construção.

⁵³ Ibidem, pág. 24.

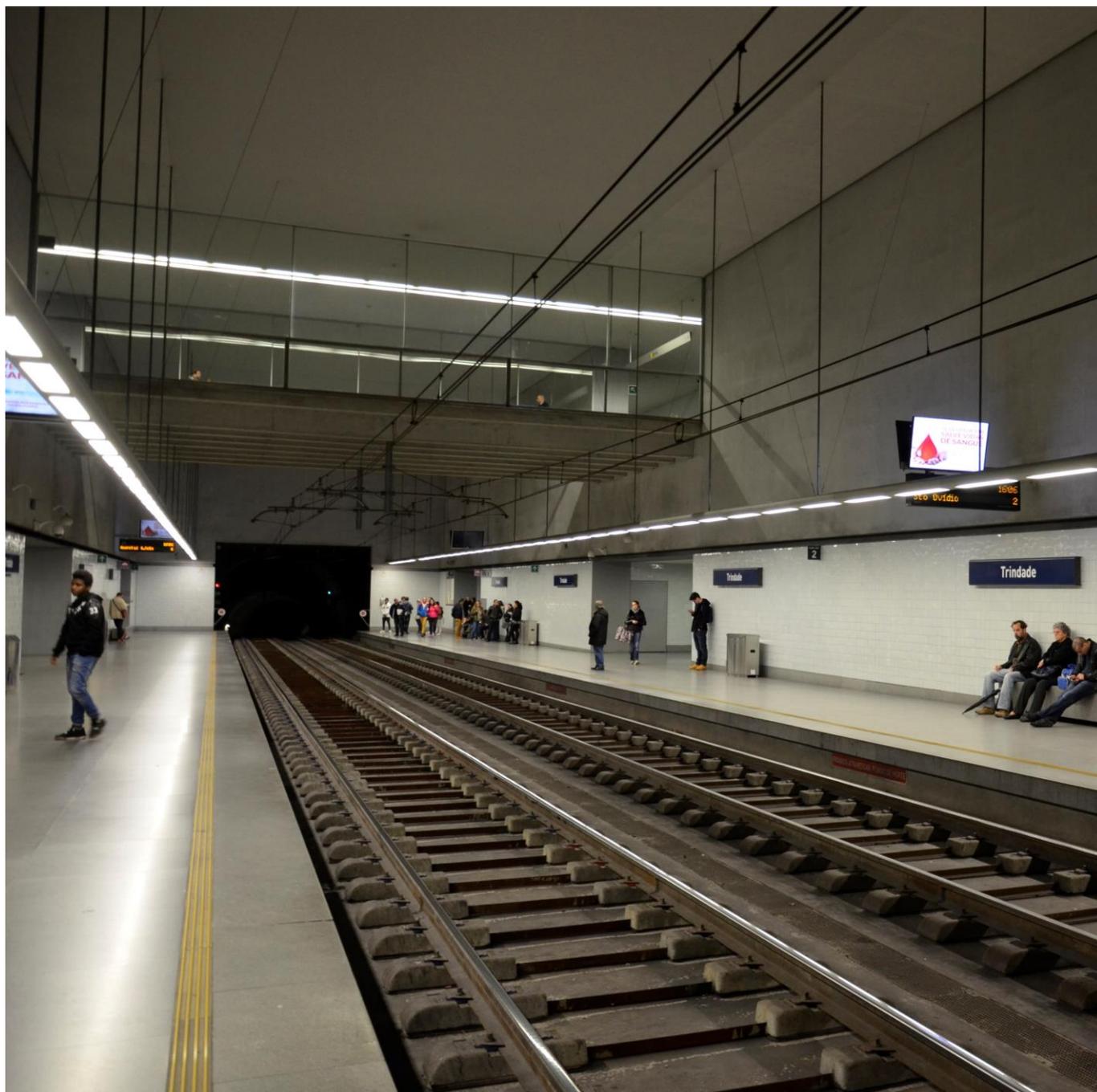


Ilustração XXXIX | Estação de metro de São Bento

Ao contrário da maior parte dos projetos das estações do Metro de Lisboa, que foram entregues individualmente a arquitetos selecionados, o Metro do Porto previa um único arquiteto na definição de todo o projeto. Eduardo Souto de Moura definiu uma estratégia mais complexa, contudo mais completa do ponto de vista projetual: decidiu, entregar a maior parte dos projetos das estações e dos arranjos exteriores a arquitetos portugueses, nunca esquecendo o seu papel como coordenador. Além disso, aquilo que Marco Mulazzani considera ser *uma coincidência fundamental*⁵⁴, eu considero que foi a decisão fundamental na definição projetual do Metro do Porto. A distribuição dos projetos pelos arquitetos tomou em consideração o facto de muitos destes estarem já a trabalhar *em projetos de arranjos urbanísticos nas zonas destinadas à passagem do Metro*⁵⁵. Apesar de ter distribuído os projetos por vários arquitetos, a definição de um sistema de regras estudado e controlado por Souto de Moura veio garantir uma imagem homogénea de toda a estrutura.

Outra decisão fundamental foi a de utilizar o projeto do Metro como pretexto para requalificar o território, algo que, não estava inicialmente previsto. Foi essa oportunidade o que entusiasmou Souto de Moura quando foi contactado pela Normetro⁵⁶. Para ele o projeto do Metro não devia pensar apenas em *desenhar as linhas e as estações, mas também na requalificação urbana, algo que não estava inicialmente previsto. O Metro era visto como tendo apenas uma função comercial, não a de renovar cidades*⁵⁷. Apesar da qualidade inequívoca do projeto do Metro do Porto, a reabilitação urbana fica um pouco aquém do reuso de edifícios débeis da cidade. Nenhuma estação integra um projeto de reabilitação que utilize estruturas pré-existentes, pressupondo opções projetuais ou incompatibilidades construtivas.

⁵⁴ Ibidem, pág. 24.

⁵⁵ MOURA, Eduardo Souto, As novas cidades do Metro: Arquitectura Paisagismo e Ambiente, In MOURA, António [et al.], A história do Metro do Porto, 2007, pág. 153.

⁵⁶ “Quando entrei para o projecto do Metro (...) aquilo que mais me entusiasmou foi um desafio maior. (...) eu achei que o Metro, sendo um meio de transporte que toda a gente usa, era um pretexto para actuar sobre o território.” MOURA, Eduardo Souto, As novas cidades do Metro: Arquitectura Paisagismo e Ambiente, In MOURA, António [et al.], A história do Metro do Porto, 2007, pág. 153.

⁵⁷ Ibidem, pág.153.

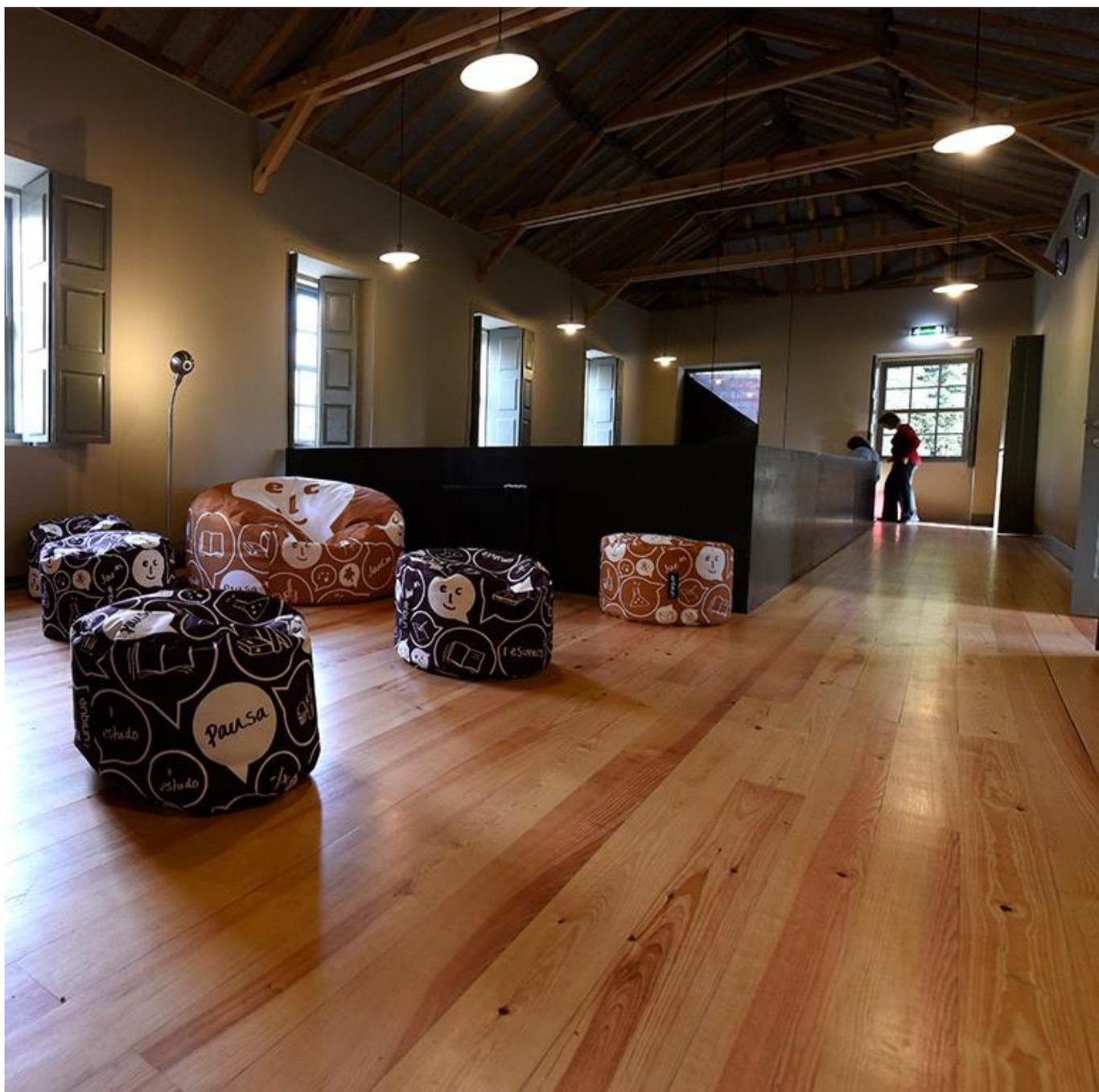


Ilustração XL | Elearning café (Jardim Botânico do Porto)

4.2.3. CONCEITO DE E-LEARNING CAFÉ E DOIS CASOS DE ESTUDO

O conceito *e-learning* deriva da relação entre duas áreas científicas distintas, a tecnologia e a pedagogia. Este, fundamenta-se numa teoria de ensino pautada pela aprendizagem à distância, com a criação de espaços físicos providos de recursos materiais e tecnológicos⁵⁸.

Esta metodologia tem como principal objetivo fornecer novos espaços de aprendizagem que desenvolvam diferentes tipos de comunicação no público a que se destina, de acordo com as suas características e necessidades. Além disto, deve ser visto como um local de convívio, de partilha de experiências e troca de saberes, presente nos processos de socialização desenvolvidos pelos seus membros.

O espaço físico em que se baseia o método *e-learning* caracteriza-se por um ambiente informal, pedagógico e interdisciplinar onde seja possível receber diversos públicos, com diferentes interesses que fomente o debate, a interação e a evolução dos processos de aprendizagem.

A concretização deste tipo de metodologia possibilita a concretização de uma versatilidade de atividades que completam a finalidade pedagógica e de lazer deste conceito. Assim sendo, este local pode desenvolver diferentes tipos de eventos, como: workshops, conferências, debates, palestras, exposições, sessões de cinema e/ou teatro, concertos e/ou outros tipos de acontecimentos de interesse para os seus usuários⁵⁹.

⁵⁸ https://www.iesfafe.pt/tmp/Uploads/Publicacoes%20Internas/eusbio_e-learning_convertido0.pdf

⁵⁹ https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=p%C3%A1gina%20est%C3%A1tica%20gen%C3%A9rica%201908

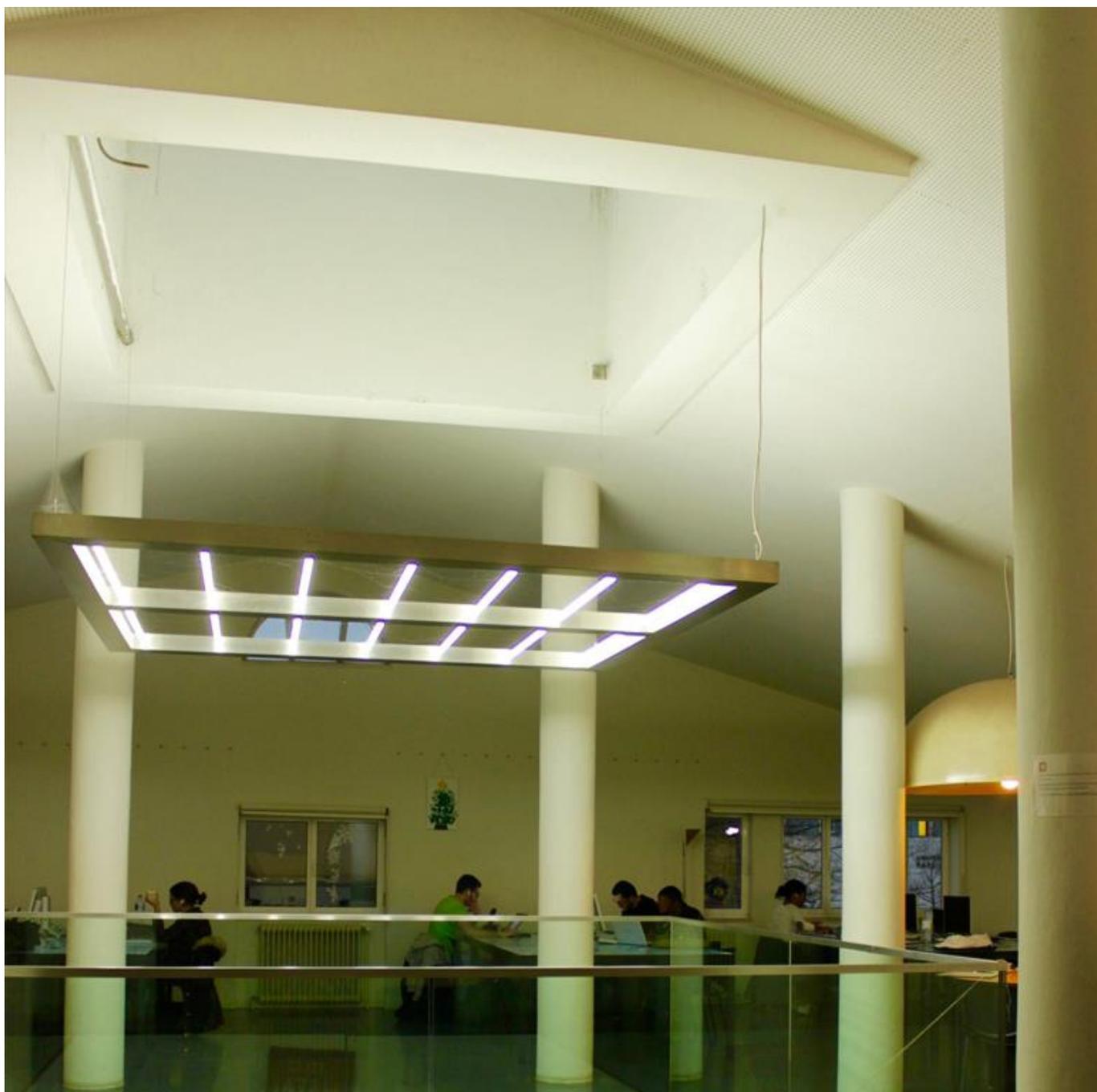


Ilustração XLI | E-learning café da Asprela

A organização do espaço deve ter em conta os objetivos a que o mesmo se propõe: um local de estudo/trabalho e um local de convívio/lazer. Para tal, é fundamental o desenho e a exploração dos diferentes elementos espaciais criando, num único espaço, a capacidade de reunir diversificados ambientes. Estes espaços possuem uma tipologia *open space*, conceito que tem vindo a ganhar cada vez mais importância no mundo da arquitetura e que se caracteriza pela eliminação de barreiras físicas, permitindo uma maior flexibilidade na utilização do mesmo espaço para diferentes funções.

O e-learning café da Asprela e do jardim botânico do Porto são dois espaços pioneiros na exploração deste conceito. Estes espaços podem ser definidos como *um conjunto de lugares capazes de reunir os estudantes das várias faculdades, promovendo a troca de conhecimentos, experiência, o trabalho de grupo e encorajando diversos debates interdisciplinares*.⁶⁰ Estes espaços caracterizam-se pela sua simplicidade programática e funcional.

⁶⁰ <http://elearningcafe.up.pt/espaco-asprela/>

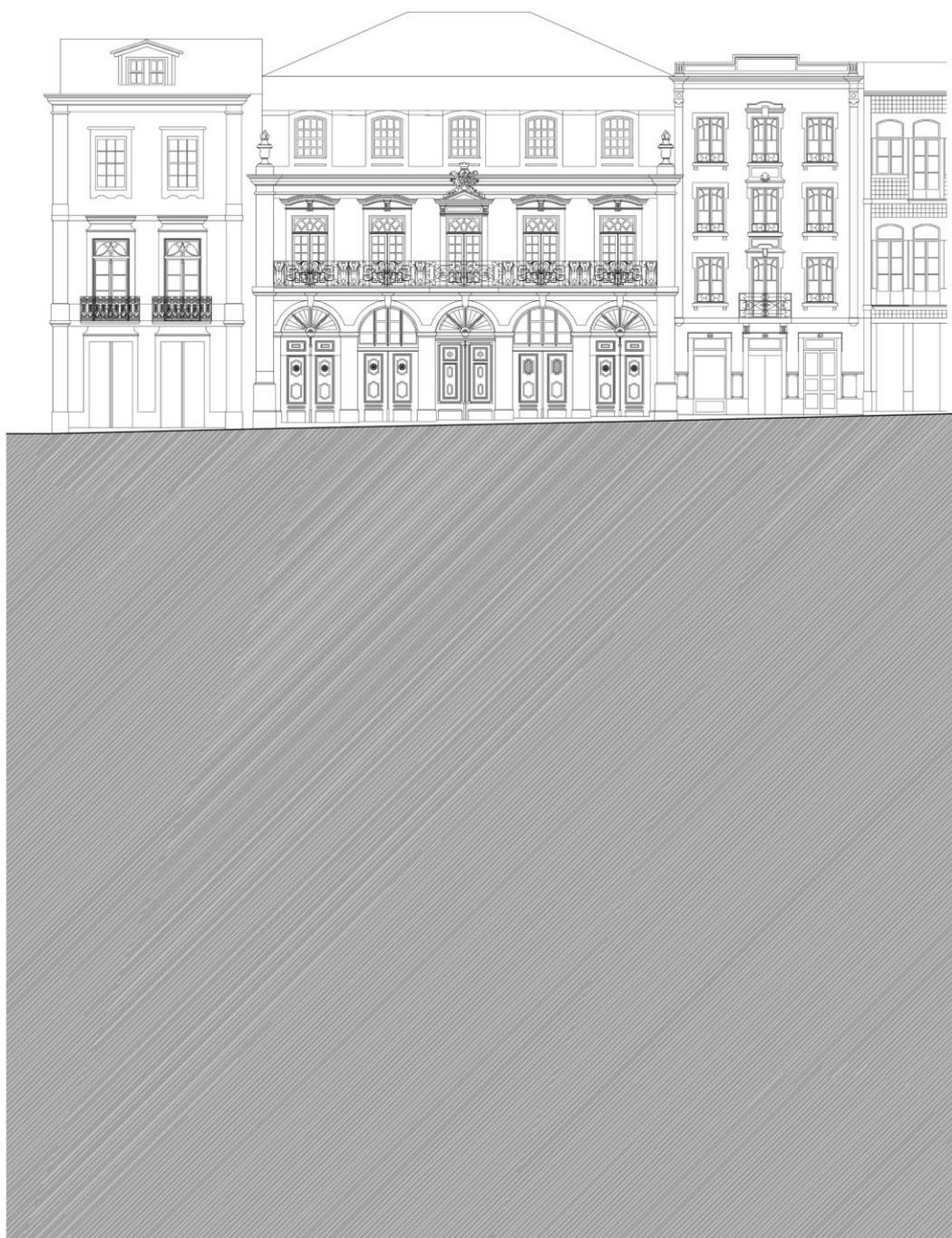


Ilustração XLII | Alçado Sul (levantamento) | Escala gráfica

5. PROPOSTA FINAL

“A necessidade de manter a parcela salvaguarda as arquiteturas dos diversos tempos que as ocupam: um lote gótico não é um lote pombalino, e há uma correspondência direta entre estes sistemas de partição do solo urbano e os sistemas construtivos e espaciais, na permanência da singular economia construtiva de cada uma dessa distintas épocas. Nasce daqui a necessidade, verdadeiramente vital em reabilitação, de adequar os programas de usos previstos às específicas características morfotipológicas e construtivas das preexistências: não é o edifício antigo que se adequa ao programa, é o programa que se adequa ao imperativo de salvaguardar os valores patrimoniais!”

José Aguiar



Ilustração XLIII | Alçado Norte (levantamento) | Escala gráfica

5.1. CONCEITO GERAL DE INTERVENÇÃO

O atual estado do palacete representa a atualidade de parte da reabilitação em Portugal, uma reabilitação que utiliza os edifícios, neste caso, as fachadas, para a realização de projetos completamente novos. O grande problema é que grande parte desses edifícios ainda mantêm o interior intacto e passível de ser recuperado. Quando se tratam de projetos novos em que o interior acaba por funcionar como uma objeção à vontade do projetista, a solução viável é destruí-lo mantendo as fachadas para apresentar o projeto como sendo uma reabilitação. A questão principal, como refere, José Aguiar, é que *o fachadismo destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documentos e produto de arte urbana, da arte arquitetónica e da arte de construir. Acresce a tristeza de que o fachadismo impede a possibilidade de, em lotes onde a materialidade original de edifícios anteriores desapareceu, poderem surgir novas arquiteturas dignas de terem um rosto, impedindo perversamente qualquer possibilidade de expressão urbana do nosso tempo*⁶¹.

No início deste projeto havia a necessidade de desenhar uma solução para um edifício apenas com duas fachadas. Havia a sensação de estar a incorrer no problema do fachadismo sem ter recorrido a essa solução pragmática para a implementação de um novo projeto.

Na impossibilidade de realizar uma efetiva reabilitação do palacete, a base de definição de um novo projeto teria de estar assente numa análise do lugar. Foi necessário o estudo de um novo uso programático que resultasse de uma leitura atenta às necessidades da cidade. Essa análise, feita a priori conduziu à fixação de dois programas, uma estação de metro e um centro de estudos, dois programas de carácter público.

⁶¹ AGUIAR, José, Reabilitação ou fraude?, In Revista Património, 2014, p.67.

A par da definição do novo uso, a proposta também devia estar relacionada com a leitura do lugar. Aqui essa leitura torna-se ainda mais complexa, visto que se pretendia um novo desenho que partisse de uma análise histórica do lugar e do edificado. Ainda que completamente distinto do original, o projeto devia seguir as matrizes estruturais da anterior implantação e da sua inserção urbana. Perceber a importância da envolvente próxima na história e na atual conjuntura urbana ajudou a definir o redesenho deste espaço que surge atualmente desfragmentado do tecido urbano.

Consciente de estar a desenhar um projeto que caminha no limiar do fachadismo a intenção foi sempre a de tentar pensa-lo como claramente distinto do existente, nomeadamente na seleção dos materiais e dos métodos construtivos. Era inevitável um projeto completamente novo até porque é impossível restaurar um edifício na sua plenitude além de que *é preciso ver que as cabeças que pensam o que é novo não são exatamente iguais, aconteceu muita coisa no mundo. Mas também as mãos que executam e as respetivas cabeças são outras. Tudo o que seja tentar uma cópia absolutamente fiel, para mim está condenado ao fracasso*⁶².

⁶² Entrevista a Siza Vieira sobre a reconstrução do Chiado

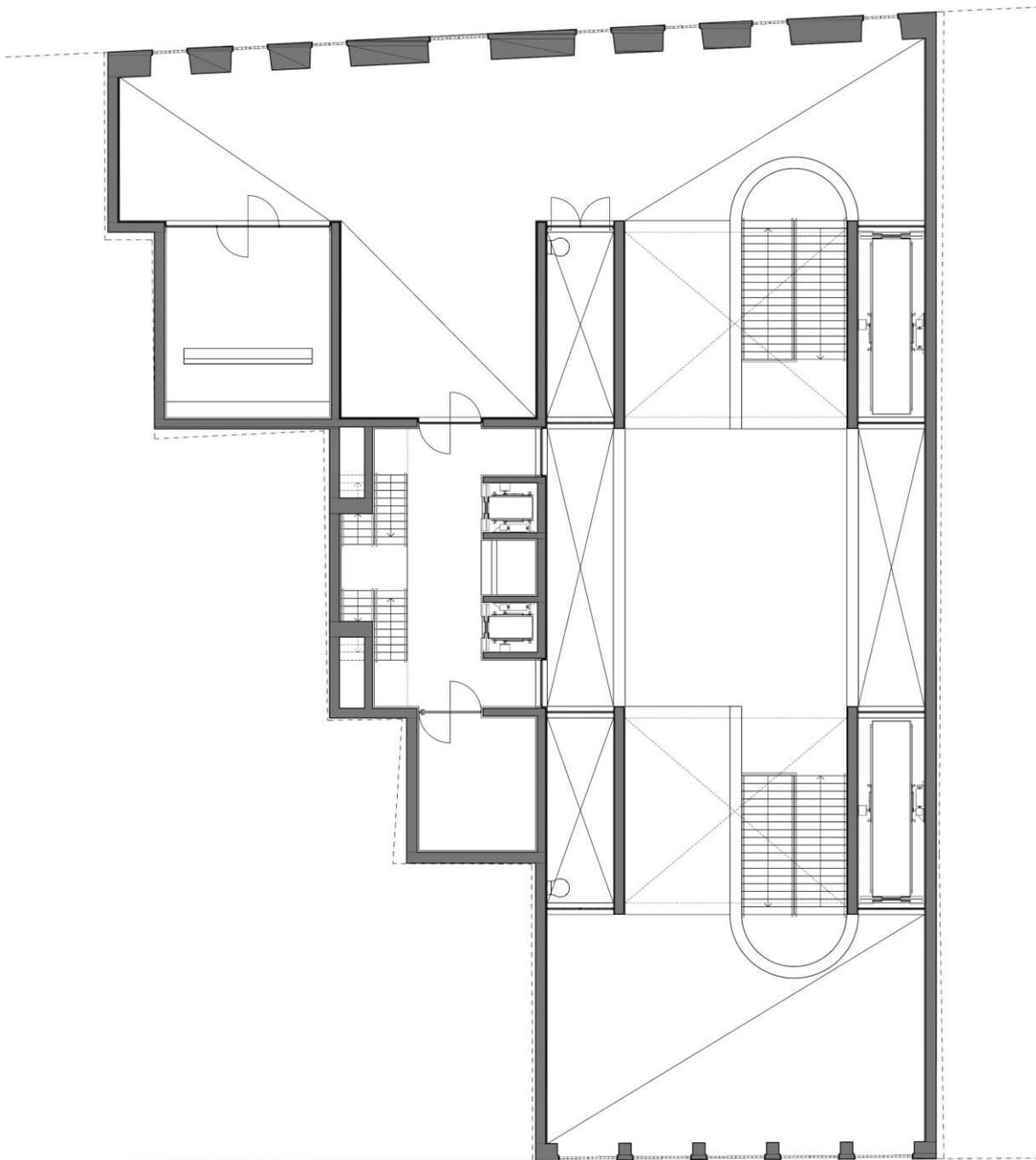


Ilustração XLIV | Planta Piso 0 | Escala gráfica

5.2. PROGRAMA

5.2.1. A PRAÇA

A intenção de manter o piso do rés-do-chão sem construção climatizada deve-se a uma série de intenções projetais em concordância com o conceito geral da intervenção. Este piso é o responsável pela ligação quer aos pisos superiores, o *elearning* café, quer aos pisos inferiores, a estação de metro, assumindo-se como um conector dos vários espaços e um organizador dos circuitos pedonais. A primeira intenção no desenho deste espaço está relacionada com o atual estado do edifício, ou seja, propõe-se um espaço desprovido de qualquer tipo de construção à exceção das peças indispensáveis, elementos estruturais e elementos de transição de cota. Desta forma projeta-se um piso livre que perpetue na nova construção a fase mais crítica do palacete, a destruição do seu interior.

A importância das praças adjacentes na história e na cidade contemporânea, a Praça do Município e a Praça Conselheiro Torres de Almeida (Campo da Vinha) conduziu este espaço a um desenho que permitisse a continuidade das Praças contíguas ao edifício para o interior do lote, criando assim um grande espaço exterior no interior do quarteirão. Além disso uma das intenções iniciais era 'rasgar a muralha medieval' de modo a permitir a livre circulação entre as duas praças. Com a criação da nova praça exterior, em continuidade com as praças exteriores ao edifício, o desenho global resulta numa continuidade de três grandes praças ligadas entre si. Para tal foi necessário abrir os vãos da fachada Norte até à cota do piso visto que apenas dois dos oito vãos funcionam como porta

O desenho do pavimento resulta também da continuidade urbana, nomeadamente do desfasamento entre as duas ruas. As diferentes inclinações e alturas entre a zona Norte e Sul das fachadas resultaram num traçado com diferentes inclinações em concordância com os declives das ruas, obtendo-se uma continuidade natural do percurso das ruas para o interior da praça.

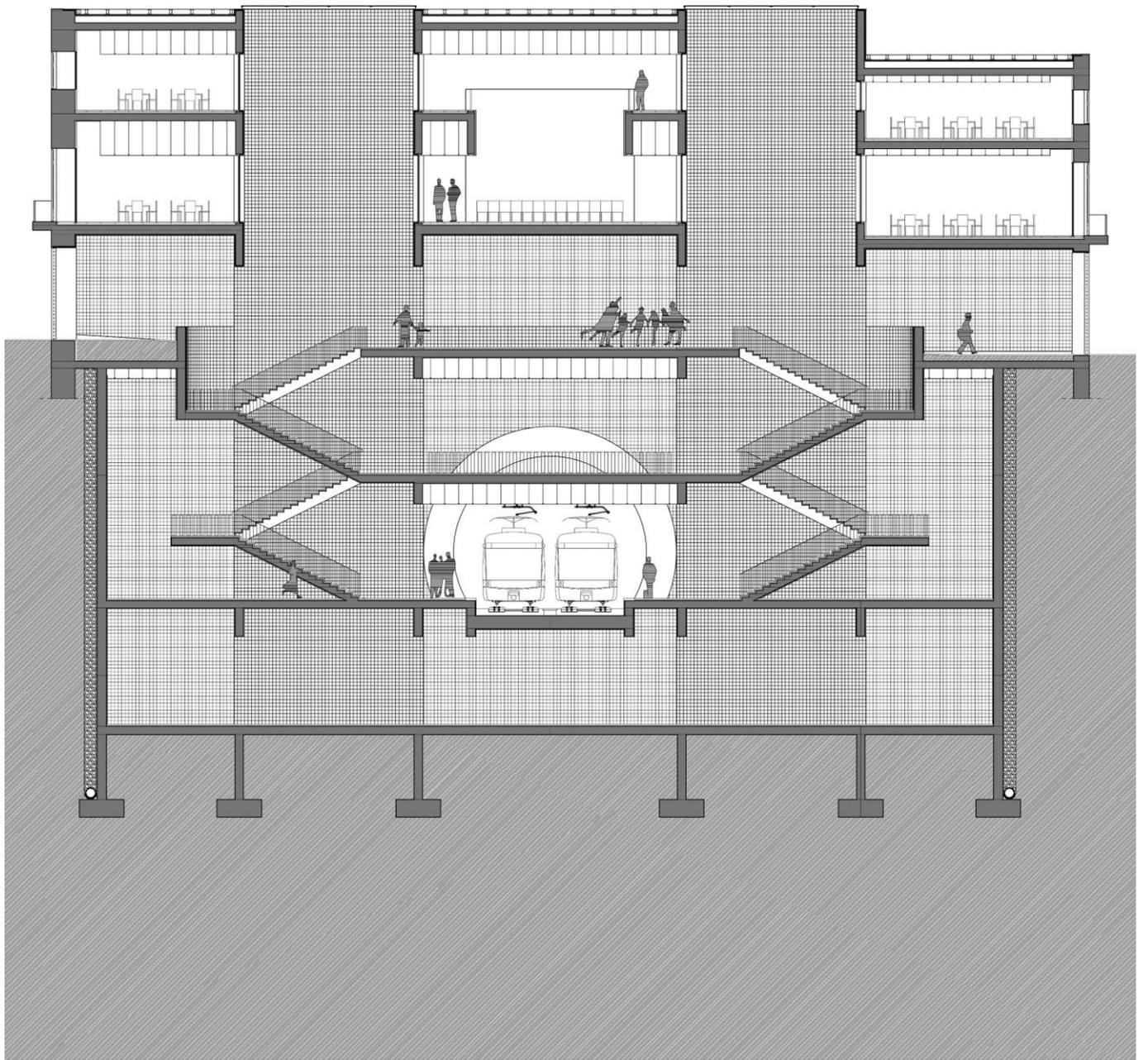


Ilustração XLV | Corte | Escala gráfica

Para além da função urbana, este piso, é o elemento que permite a conexão ao metro e ao centro de estudos, através da colocação de elementos de transição. Tanto as escadas como os elevadores funcionam autonomamente, ou seja, servem exclusivamente ou a estação ou o centro de estudos.

O acesso ao centro de estudo faz-se ainda no piso da praça, contudo a receção para controlo dos usuários está já inserida no piso superior. A entrada ao nível do rés-do-chão permite diferenciar o tipo de programa em relação ao carácter urbano do metropolitano, por se caracterizar de um espaço interno e climatizado. A bilheteira do metro está instalada também ao nível da praça.

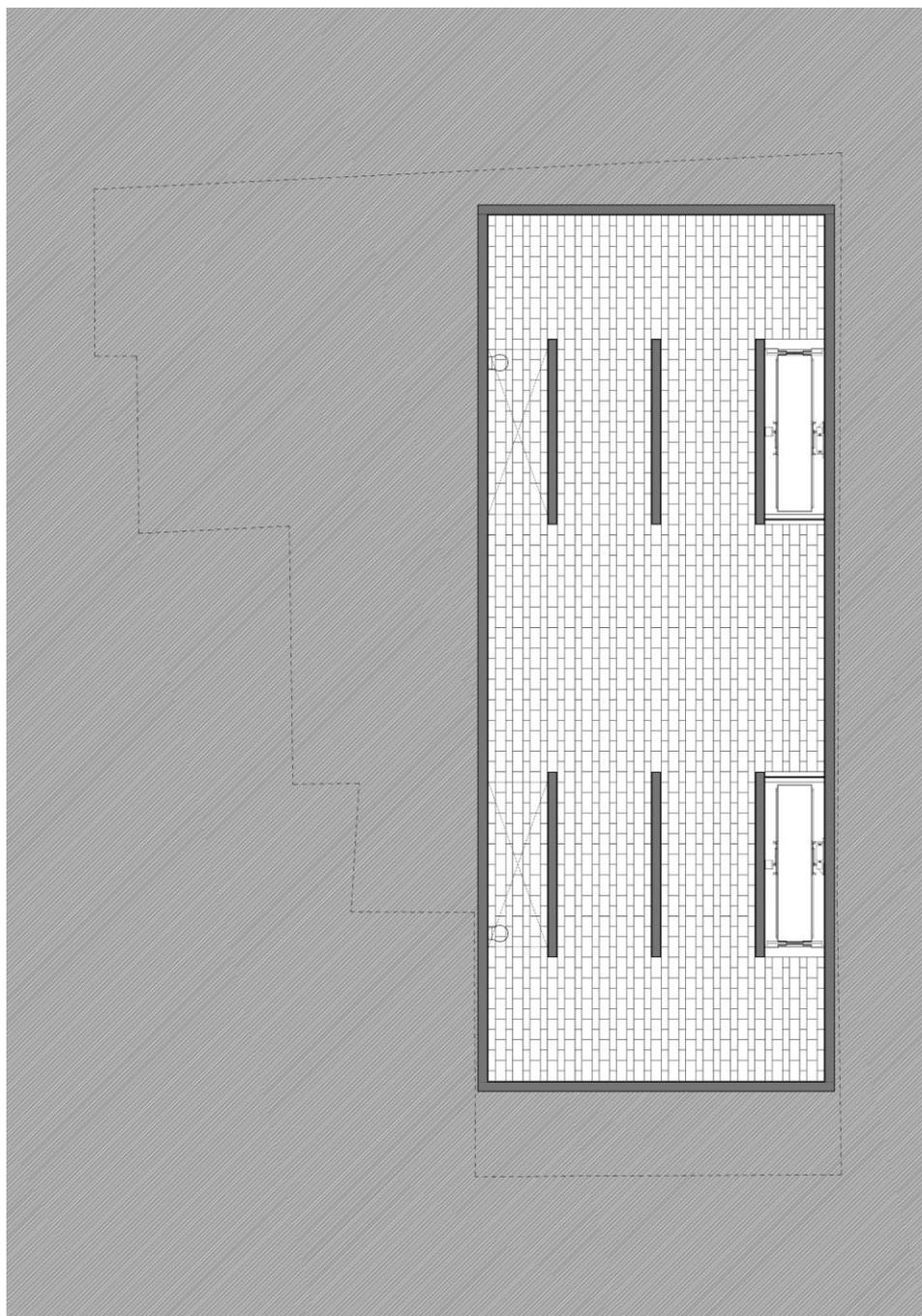


Ilustração XLVI | Planta Piso -3 | Escala gráfica

5.2.2. O METRO

A definição dos pisos enterrados teve de obedecer a uma sucessão de condicionantes técnicas e morfológicas. Tal como Souto de Moura refere acerca do Metro do Porto, o projeto surge das condicionantes e a *imaginação é acima de tudo orientada para resolver as dificuldades*⁶³. Ainda assim é necessário salvaguardar que todas essas condicionantes estão limitadas a uma leitura dos desenhos gerais e de pormenor do projeto do Metro do Porto. Aliado a essa base documental, a deslocação a praticamente todas as estações subterrâneas do Metro do Porto e a visita à estação do Chiado do Metro de Lisboa permitiram experimentar *in loco* a integração de toda a mecânica num projeto com estas características.

Eduardo Souto de Moura *define as estações do metro como projetos “em negativo”, sem fachadas, mas também como organismos simétricos em planta e em corte*⁶⁴. Os pisos do metro desenvolvem-se transversalmente ao eixo da linha ferroviária assentes numa rígida regra de simetria. Além do piso do cais foi necessário o desenho de mais dois pisos, um de acesso ao cais e um piso técnico.

As escadas, os elevadores, coretes técnicas e os grandes poços de luz são os elementos que compõe todos os pisos. Após a disposição destes elementos dispostos numa planta retangular, optou-se por libertar o restante espaço exclusivamente para circulação.

⁶³ MULLAZZANI, Marco, op. cit., pág.24.

⁶⁴ Ibidem, pág.16.

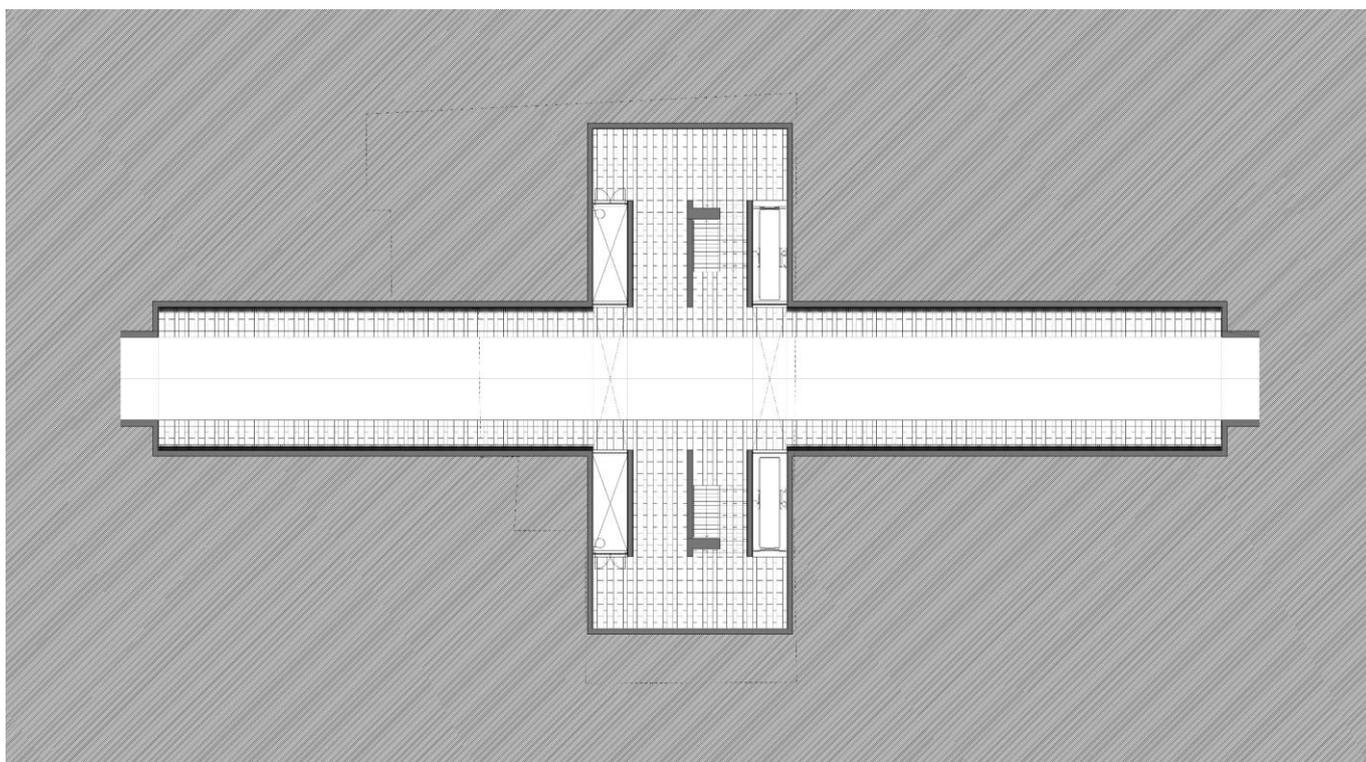


Ilustração XLVII | Planta Piso -2 | Escala gráfica

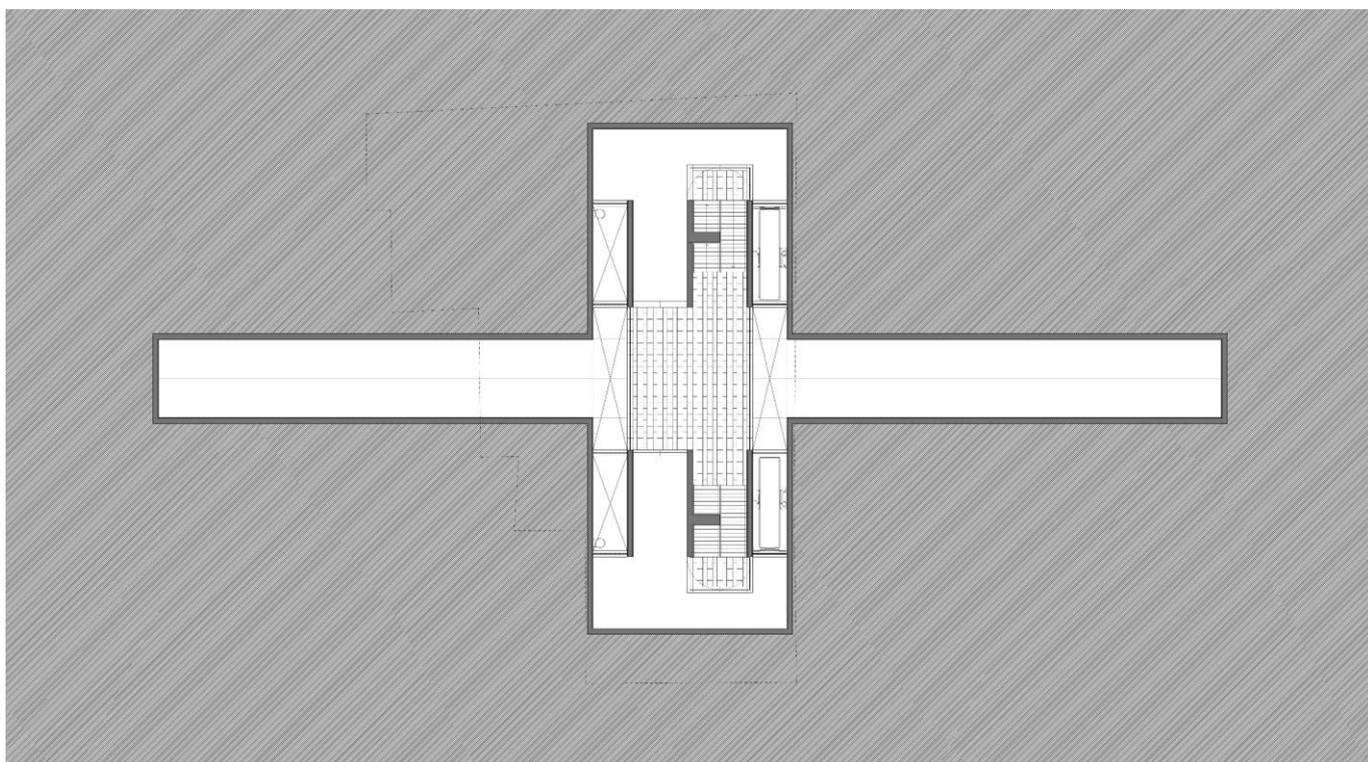


Ilustração XLVIII | Planta Piso -1 | Escala gráfica

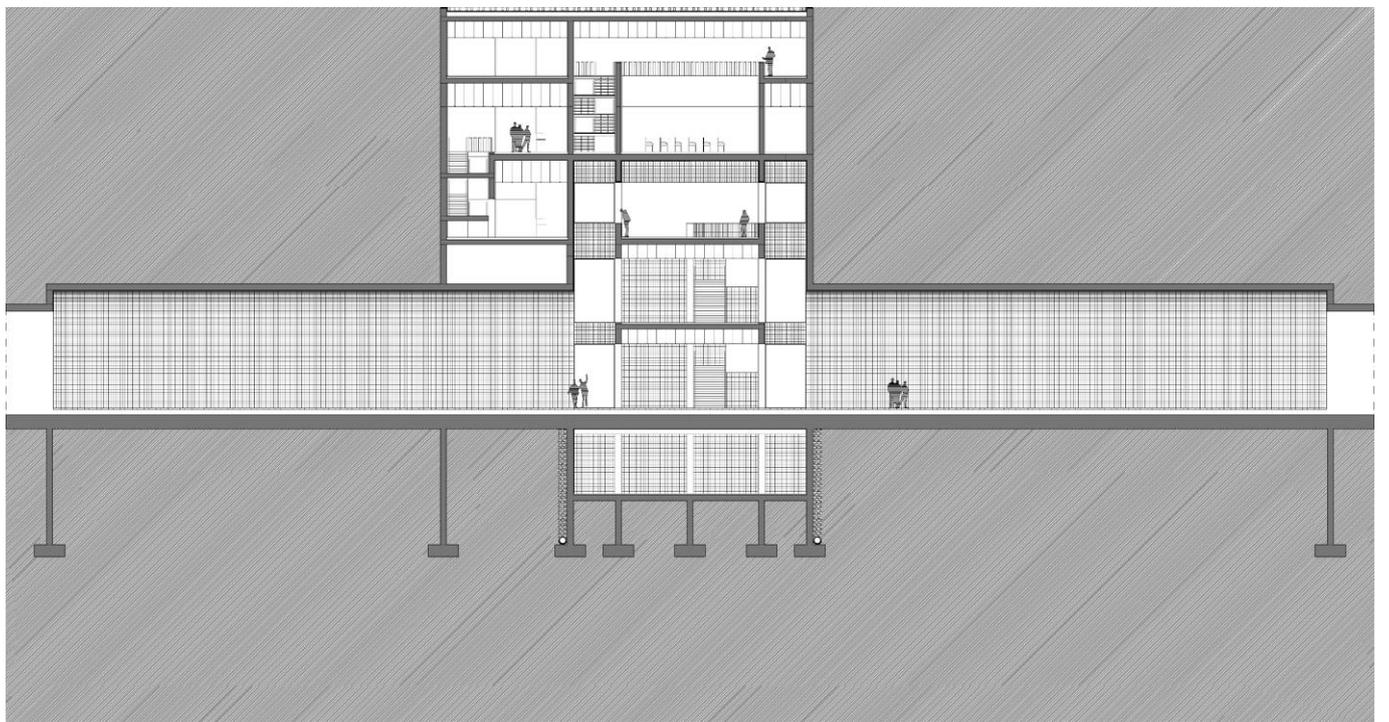


Ilustração XLIX | Corte | Escala gráfica

O piso -1 é o piso intermédio composto pelo bloco de serviços (escadas, elevadores e coretes técnicas). O restante Piso, inserido no módulo retangular, é dedicado exclusivamente à circulação pedonal. A maior parte do espaço é dedicado a um grande átrio central que permitirá segregação dos transeuntes para o sentido pretendido.

O piso do cais, o piso -2, obedece à mesma regra geral, englobando ainda uma secção longitudinal à linha do metro e transversal à secção quadrangular dos vários pisos de acesso. Este espaço de secção semicircular, com 80 metros de comprimento⁶⁵, é dedicado exclusivamente ao acesso efetivo ao metro.

O piso -3, exclusivamente técnico, permitira suportar toda a maquinaria necessária para o funcionamento da estação.

⁶⁵ Valor obtido a partir da leitura aos desenhos do projecto do Metro do Porto.

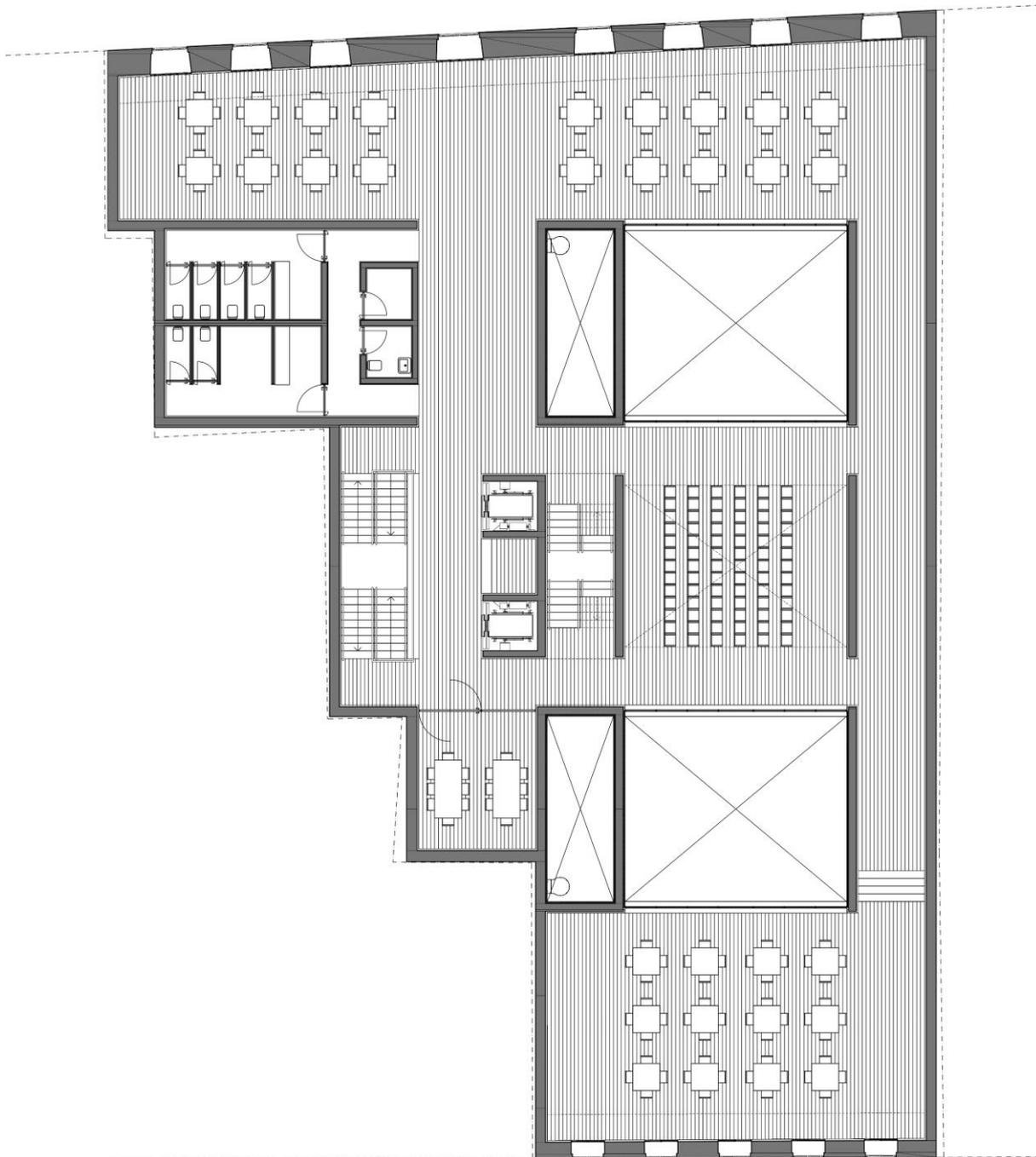


Ilustração L | Planta Piso 1 | Escala gráfica

5.2.3. O ELARNING CAFÉ

O desenho geral dos dois pisos acima da praça obedece a uma regra compositiva que advém de uma interpretação da matriz organizativa da anterior ocupação do palacete. Os dois grandes pátios resultam dessa leitura, assumindo um papel fundamental na iluminação dos vários espaços. Os pátios permitem iluminar o espaço do e-learning café, mas também o espaço exterior da praça no rés-do-chão.

O e-learning é definido por três tramos paralelos às fachadas, divididos entre si pelos dois pátios. De uma forma geral o tramo central engloba a zona dos serviços, receção, auditório, circulações, instalações sanitárias e cafetaria, ao passo que os tramos encostados às fachadas estão destinados às zonas de estudo. Quanto a estas zonas e ao auditório, propõe-se uma flexibilidade espacial que permita a atribuição de outros usos, tais como exposições, reuniões, conferências, etc.

Propõe-se a criação de dois pisos de forma a respeitar o alçado das fachadas compostos por três níveis: um destinado ao piso da praça e os outros dois aos pisos do centro de estudos. Os pisos do e-learning são muito semelhantes pela disposição dos espaços e seguem a mesma regra compositiva do resto do projeto. A simetria assume-se também neste espaço determinante no desenho.

O piso 1 é composto pelo espaço da receção que se situa no tramo central do piso, que engloba as escadas de acesso ao piso superior, o auditório e as instalações sanitárias. Os espaços de estudo, localizam-se nos topos do edifício, encostados às fachadas. A zona central do piso é dedicada às estruturas que atravessam a totalidade dos pisos, as coretes técnicas., e ainda a um corredor que atravessa no sentido setentrional todo o edifício ligando os vários espaços entre si.

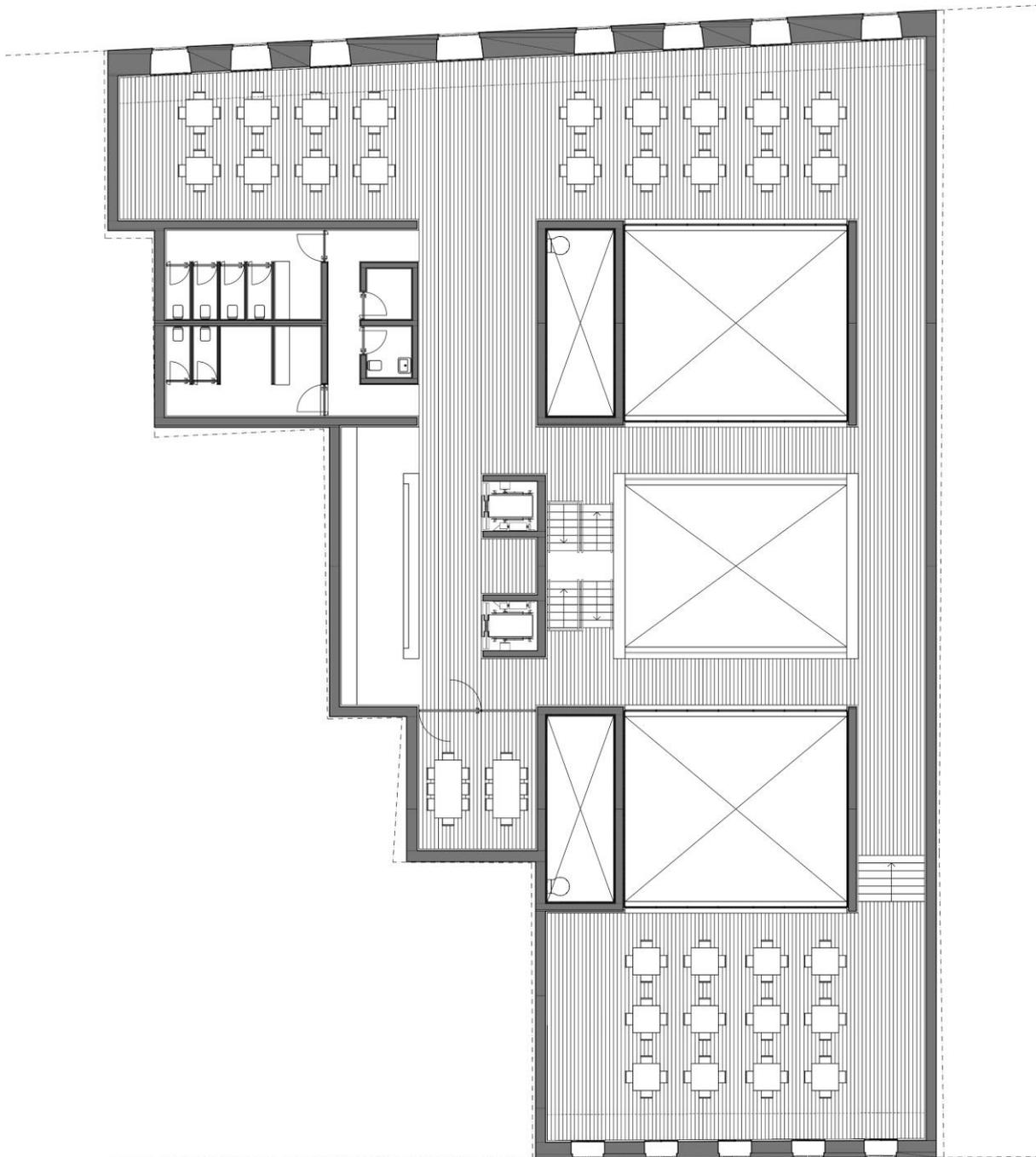


Ilustração LI | Planta Piso 2 | Escala gráfica

O piso 2 repete em planta a disposição dos elementos do piso 1, à exceção da zona da receção, que no piso 2 está destinada à cafetaria. A zona do auditório contempla dois corredores laterais libertando a sua zona central para a criação de um espaço multifuncional com pé-direito duplo.

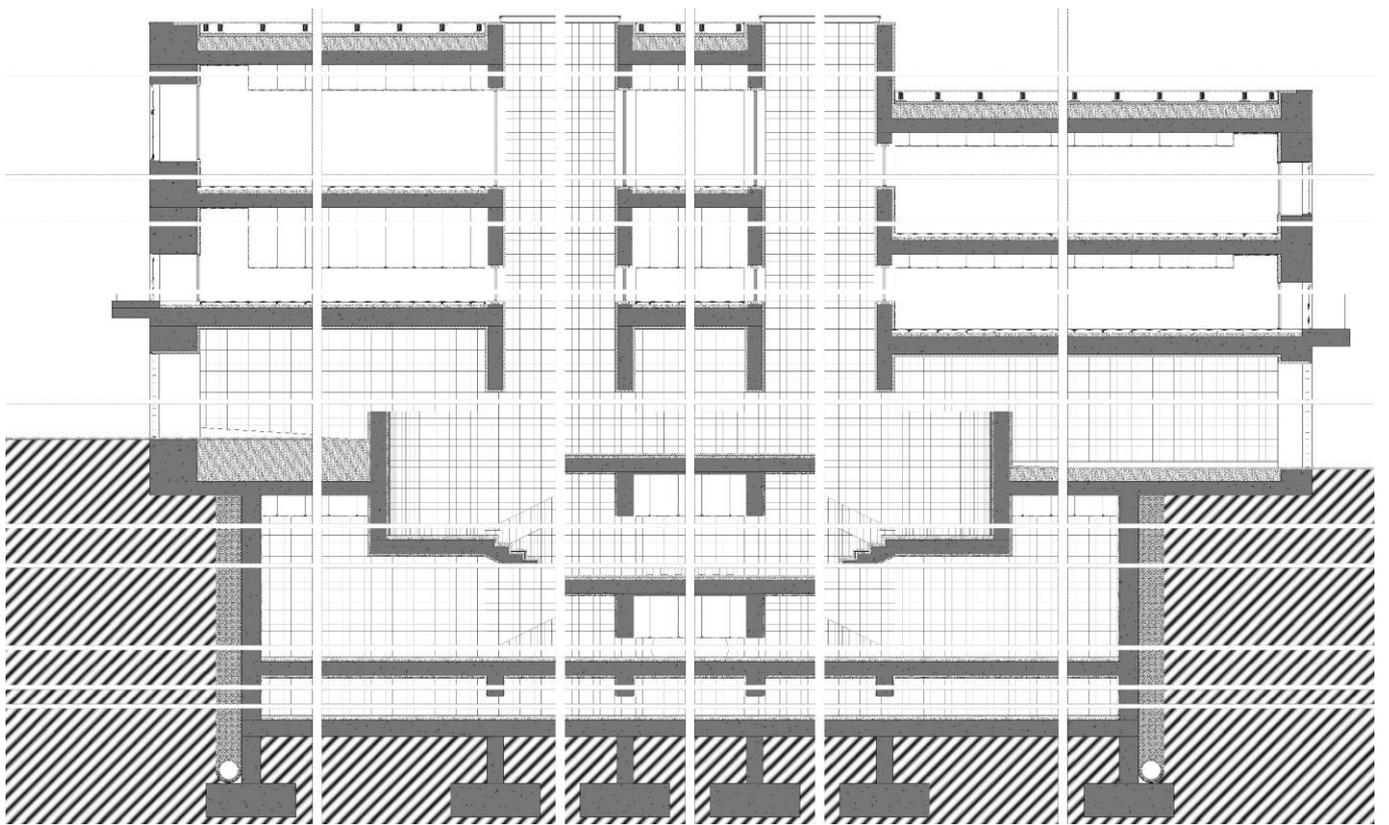


Ilustração LII | Corte construtivo | Escala gráfica

5.3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CONSTRUTIVA

5.3.1. MATERIALIDADE

Num projeto que agrega diferentes programas, a escolha dos materiais foi fundamental para a unificação do projeto. Apesar dos diferentes programas requerem diferentes materiais, o desafio foi tentar combiná-los, ainda que distintos, para que o desenho geral obedecesse às mesmas regras e a que leitura dos vários espaços resultasse como um único espaço. Mesmo assim, a descrição dos materiais, obedecerá à mesma regra dos capítulos anteriores, descrevendo os vários espaços individualmente e esclarecendo essas continuidades quando existirem.

Para o revestimento do pavimento dos pisos do metro pensei numa solução que tivesse uma elevada durabilidade, resistência e que tivesse o mínimo de manutenção, optando pela pedra natural como revestimento final. O granito branco, a par dos tons claros que se quer no restante projeto, tem uma largura que se alterna entre os trinta e os quarenta e cinco centímetros e o comprimento que se fixa nos noventa centímetros.

Quanto as paredes dos pisos da estação, as premissas de durabilidade e resistência mantem-se, optando pela solução de revestimento cerâmico por se enquadrar nessas características. O azulejo quadrado com quinze centímetros de lado da Viúva Lamego⁶⁶ foi a peça fundamental no desenho de todo o projeto. A métrica do projeto baseia-se, sem qualquer exceção, nas dimensões do azulejo. Optei por esta solução artesanal porque representa um *processo de produção (...) cuidado pelos artesãos. A matéria-prima e os esmaltes usados conferem profundidade à cor, tornando cada azulejo único, bonito e versátil. Não há duas peças iguais. São estas as qualidades que o tornam tão singular*⁶⁷.

⁶⁶ Indústria tradicional do azulejo

⁶⁷<http://www.viuvalamego.com/handmade/>

As peças, ligeiramente empenadas, permitem uma reflexão ondulada da luz, ou seja, possibilita brilhos heterogêneos nas superfícies que se alteram a cada movimento do transeunte.

Os tetos em gesso cartonado, nos pisos inferiores, permitem criar um espaço técnico entre as lajes de piso para a instalação de todas as infraestruturas necessárias, como por exemplo a ventilação mecânica e as instalações elétricas. Quanto às caixilharias e às guardas o material selecionado foi o aço inox escovado pelas mesmas razões das escolhas anteriores, devido à sua durabilidade e resistência.

O revestimento das paredes prolonga-se até ao interior dos pátios dos pisos superiores atravessando o piso intermédio da praça. Assim obtém-se uma continuidade vertical ao longo de todo o projeto, ou seja, o azulejo surge como revestimento de todas as paredes exteriores (admitindo os pisos do metro como espaços exteriores).

Pelo seu carácter de exterioridade e de complexidade, o acabamento do piso da praça exigia uma solução flexível e homogênea. Além disso desejava-se um pavimento de carácter exterior de aparência natural. O material escolhido, a *terraway*, possui essas características aliadas também a uma elevada resistência. Os tetos da praça, agora sem necessidade da criação de um espaço técnico, são revestidos com reboco tradicional pintado de branco. As caixilharias e guardas mantem-se em aço inox escovado.

Para as paredes exteriores dos pisos do e-learning, um programa com necessita de proteção térmica, escolhi isolar o edifício pelo exterior através uma solução que permite colar diretamente ao sistema de isolamento as peças de azulejo cerâmico. A solução é composta por várias camadas: a argamassa de colagem, a placa isolante, a argamassa de revestimento e rede de reforço, cimento cola e revestimento final em azulejo.

Para as paredes interiores do e-learning optei por uma solução inovadora de isolamento térmico e acústico, que permite fixar diretamente às placas de aglomerado negro de cortiça, as placas de gesso cartonado. As placas de cortiça têm embutidas duas tiras de madeira que permite fixar, em primeiro lugar, o isolamento às paredes, e depois, o gesso cartonado ao isolamento.

Esta opção de isolamento térmico pelo interior permite isolar termicamente as duas fachadas, visto que é impossível recorrer à solução de isolamento térmico pelo exterior utilizada no restante projeto. Devido às excelentes características acústicas da cortiça, optei por expandir esta solução a todo o projeto. Assim, a nova construção, ficará dotada de um duplo isolamento térmico, pelo interior e pelo exterior. Quanto ao pavimento do e-learning, escolhi a madeira por permitir um maior conforto térmico. Nas instalações sanitárias, pelas suas características especiais, substitui-se nas paredes o gesso cartonado e no pavimento o soalho de madeira por pedra natural, ou seja, em ambas as situações é utilizado o granito branco como revestimento final. O aço inox escovado continua a ser a opção escolhida no desenho das caixilharias e das guardas.

Por fim, a cobertura plana é revestida a lajetas de pedra em granito branco.

5.3.2. ESTRUTURA

Na definição estrutural do projeto, o principal objetivo, ainda durante o processo de trabalho, foi tentar perceber quais os elementos que atravessam a totalidade dos pisos. A resposta estrutural dos pisos inferiores está nas paredes dos poços de ventilação/coretes técnicas, nas paredes que delimitam e suportam os monta-cargas e na parede central que suporta as escadas de acesso ao cais do metro. Além disso, as paredes que delimitam o espaço são transformadas também em elementos estruturais.

Nos pisos da praça e do e-learning o único elemento que atravessava a totalidade dos pisos e que tinha continuidade com os pisos inferiores eram as coretes técnicas. Assim optou-se por prolongar as paredes adjacentes ao monta-cargas de modo a atravessar os restantes pisos, definindo a matriz estrutural dos pisos superiores.

As vigas que variam entre um metro e sessenta e cinco centímetros e um metro e noventa e cinco centímetros resultam da particularidade destes espaços, ou seja, para vencer os vãos pouco convencionais, foi necessário sobre dimensionar as vigas.

A simetria utilizada na definição dos espaços foi também fundamental na distribuição equitativa dos esforços estruturais.

5.3.3. MAPA DE VÃOS

Como foi dito anteriormente, dos vãos que ainda resistiram à destruição do palacete, tenciona-se o restauro integral de todas as peças, ou na sua impossibilidade, a restituição dos vãos originais. Os restantes vãos são completamente novos porque se inserem numa construção totalmente nova. No processo de desenho dos novos vãos, houve o cuidado de repetir os elementos comuns sempre que possível, para obter uma linguagem coerente e homogénea na globalidade do projeto.

Das novas sete tipologias desenhadas, seis utilizam o mesmo aro e batentes (quando necessário), e apenas uma, pelas suas características especiais, tem um desenho que difere das restantes. Como já se disse, o material utilizado nas esquadrias das caixilharias é o aço inoxidável escovado. O material interior dos vãos difere consoante a sua função, mas foi utilizado vidro, madeira, chapa perfurada e uma grade metálica.

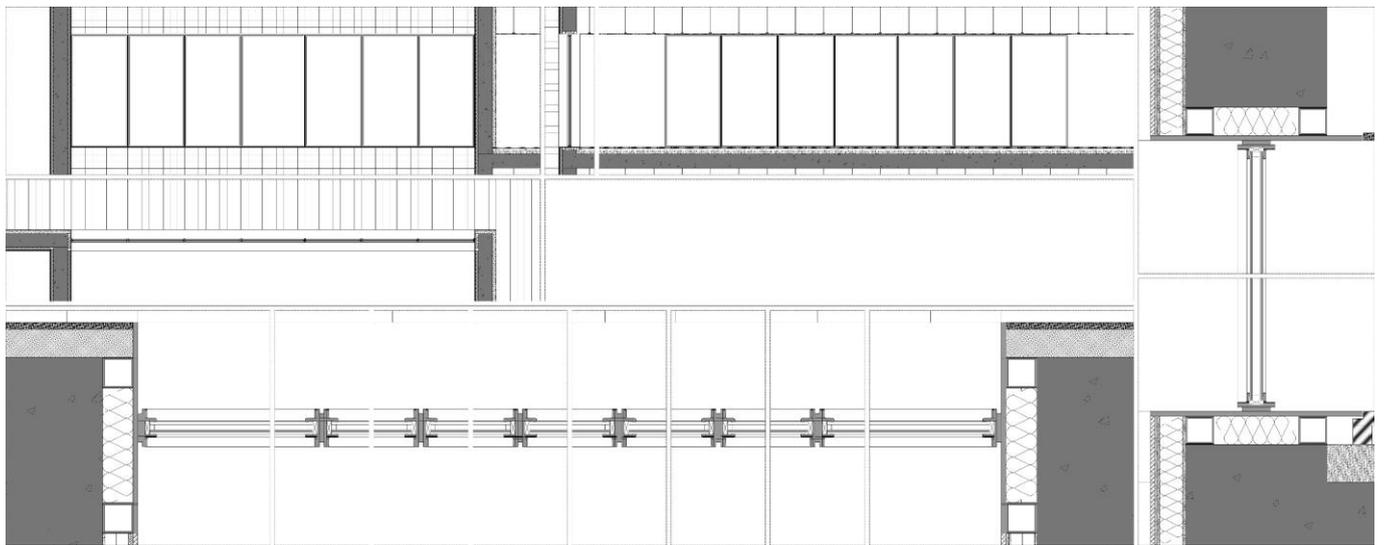


Ilustração LIII | Pormenor construtivo vão tipo 1 | Escala gráfica

5.3.3.1. VÃO TIPO 1: VÃO EM VIDRO FIXO

Esta tipologia localiza-se nas zonas que privilegiam as relações visuais entre os espaços, mas a sua dimensão e a sua localização em zonas sensíveis obrigada ao total bloqueio dos vãos. Podemos localizá-los nos pisos do e-learning, nomeadamente na zona dos pátios e na entrada principal, e nos pisos do metro, na zona dos elevadores.

Nos pátios optou-se por abrir os vãos transversalmente aos espaços do e-learning, o que resulta numa transparência entre as duas salas de estudo, e que atravessa a zona do auditório. Na zona do metro, a colocação da caixilharia de vidro nos topos dos elevadores pretende criar ligações entre os dois monta-cargas reforçando a composição simétrica do projeto.

O desenho é extremamente simples, utiliza o aro tipo para fixação do vidro duplo, que pode ser individual ou associado a vários aros.

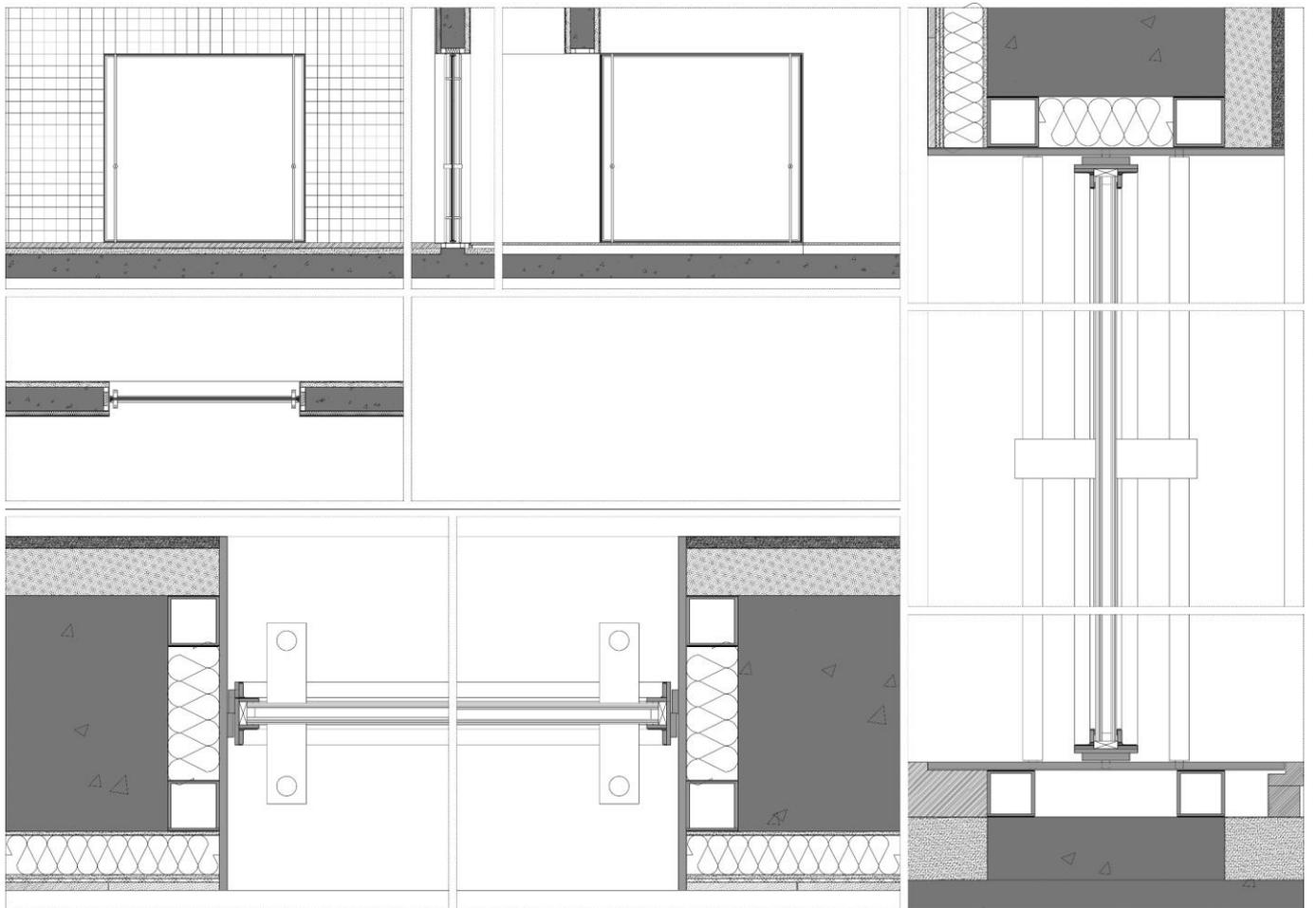


Ilustração LIV | Pormenor construtivo vão tipo 2 | Escala gráfica

5.3.3.2. VÃO TIPO 2: VÃO DE VIDRO PIVÔ

O desenho deste vão mantém os pressupostos de transparência que se pertence no vão anterior, contudo a sua localização exige que possam ser atravessados. Localizam-se na zona de entrada do e-learning e na entrada da bilheteira. Estão repetidos também na zona das fachadas, ou seja, foi necessário criar uma caixilharia além da existente, uma vez que a original não garante condições térmicas e acústicas.

A imagem geral do vão repete o aro tipo em que apenas se adiciona os batentes laterais e as ferragens, nomeadamente, a fechadura e os pivôs.

A utilização do pivô em detrimento das dobradiças convencionais permite soltar a totalidade da caixilharia das paredes, o que permite uma continuidade visual maior quando o vão se encontra aberto.

5.3.3.3. VÃO TIPO 3: VÃO DE CHAPA PERFURADA FIXO

Este vão foi desenhado especificamente para poder ventilar naturalmente e/ou artificialmente a sala das máquinas e os pisos de acesso ao cais. Localizam-se nos topos das coretes técnicas e seu desenho permite criar correntes de ar até ao piso mais enterrado. Estes vãos estão presentes desde o nível da estação até ao nível da praça, o que possibilita a entrar de ar natural.

O desenho geral do vão recorre ao aro tipo que permite fixar as duas chapas perfuradas. As chapas estão suportadas e reforçadas por uma estrutura interior de perfis tubulares em aço inox. O módulo utilizado na perfuração obedece à regra modular do azulejo, ou seja, quinze centímetros.

5.3.3.4. VÃO TIPO 4: VÃO DE CHAPA PERFURADA PIVÔ

As coretes técnicas exigem o acesso ao seu interior para resolver qualquer anomalia técnica, mas principalmente porque permite o acesso direto à sala das máquinas. À exceção do vidro que é substituído pela chapa perfurada, esta tipologia apresenta o mesmo desenho que o vão de vidro pivô. Em cada corete existem dois pontos de acesso, uma ao nível da praça e uma ao nível do cais do metro.

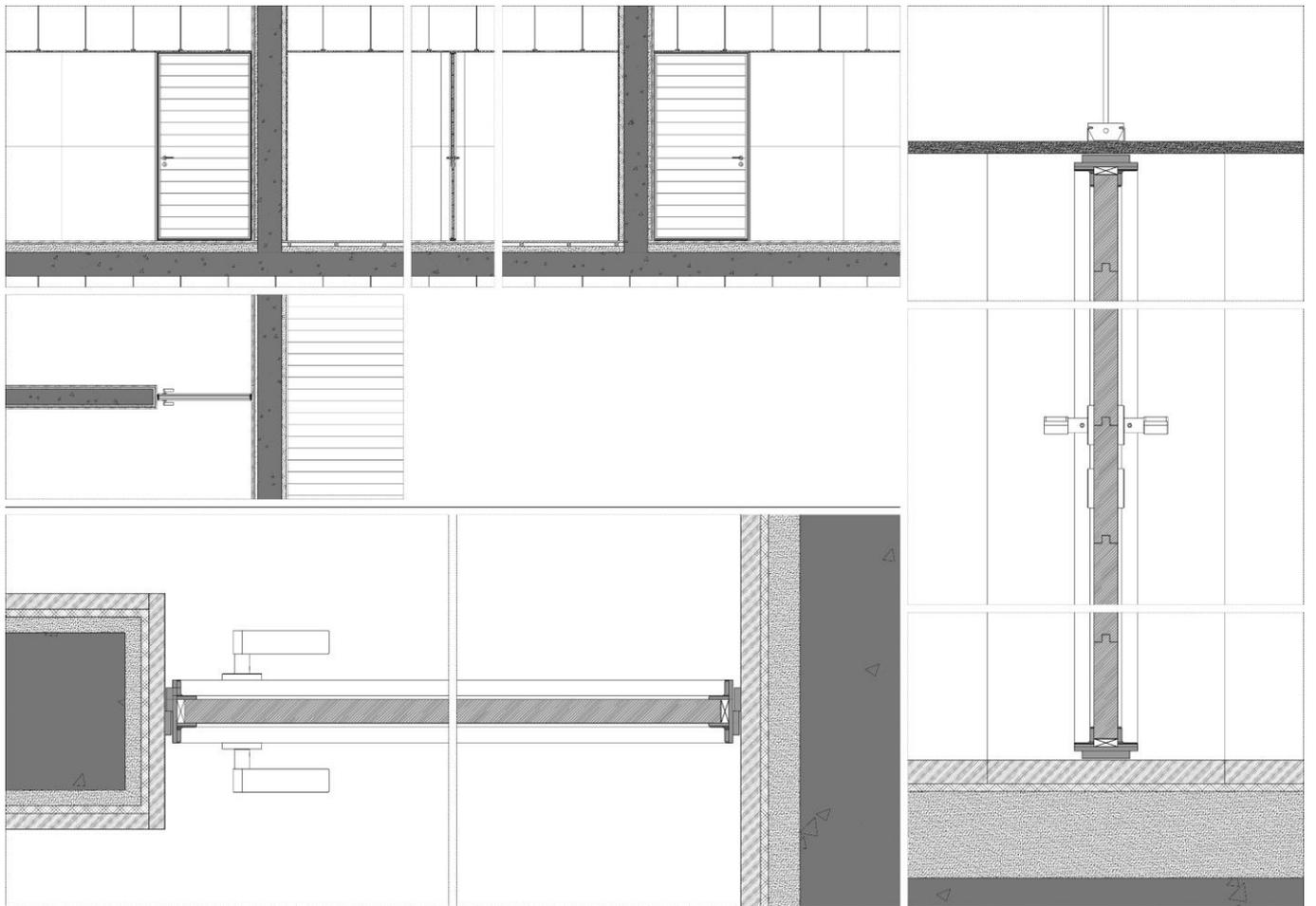


Ilustração LV | Pormenor construtivo vão tipo 5 | Escala gráfica

5.3.3.5. VÃO TIPO 5: VÃO DE MADEIRA PIVÔ

A localização desta tipologia exige o fecho visual do vão pelo carácter específico dos espaços. A utilização da madeira nas casas de banho, nas salas de arrumos e na sala de reuniões é um prolongamento da madeira utilizada no pavimento dos espaços do e-learning. O aro e os batentes em aço inox do vão pivô tem o mesmo desenho que os anteriores, à exceção do seu preenchimento, que se faz com peças de madeira com quinze centímetros de largura.



Ilustração LVI | Alçado vão tipo 6 | Escala gráfica

5.3.3.6. VÃO TIPO 6: VÃO EM GRADE PIVÔ

A função deste vão que se localiza nas fachadas principais é essencialmente fechar a zona da praça e conseqüentemente, o acesso ao metro e ao e-learning durante os períodos noturnos. Assim pensei numa solução que permitisse fechar efetivamente os espaços, mas que continuasse a permitir a permeabilidade visual entre as duas ruas.

Visto que se trata de um espaço não climatizado, optei por uma solução completamente permeável, ou seja, os vãos ao nível da praça são grades pivô em aço inoxidável escovado.

O desenho da grade obedece à regra geral do conjunto, ou seja, resulta numa malha quadriculada com quinze centímetros de lado.

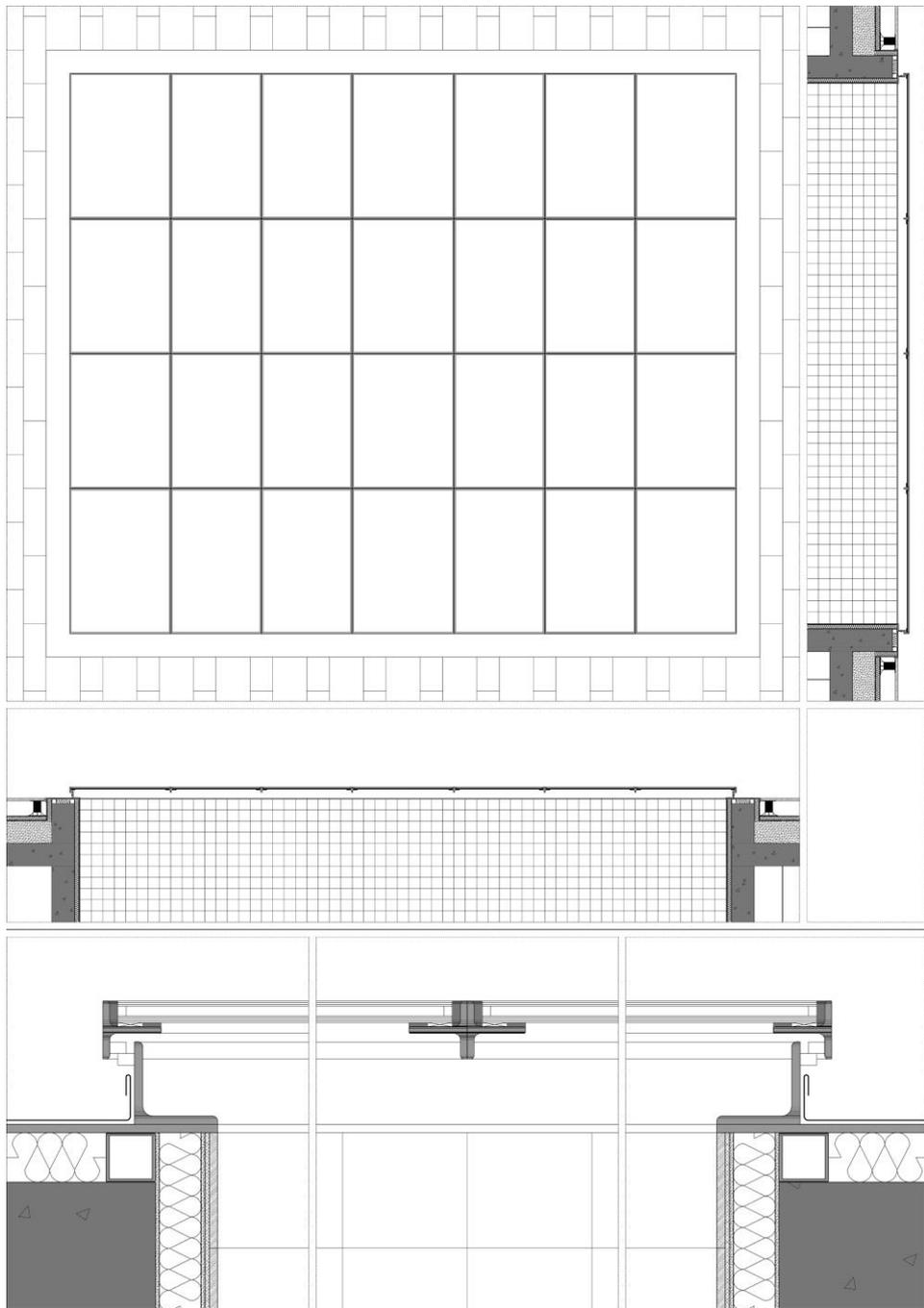


Ilustração LVII | Pormenor construtivo vão tipo 7 | Escala gráfica

5.3.3.7. VÃO TIPO 7: VÃO DE VIDRO (CLARABÓIA) FIXO

O local desta tipologia obriga a cuidados redobrados pelo local em que se insere e pela dimensão total do vão. O vão na horizontal implica um maior esforço estrutural na caixilharia e nas peças de vidro. Assim, no desenho do vão, foi necessário recorrer a uma estrutura auxiliar de perfis I para suportar o peso total das caixilharias.

A localização do vão, no topo dos pátios, implica um desenho que permita ventilar naturalmente a zona interior, visto que são pontos sensíveis a condensações que se querem evitar. São então desenhadas duas estruturas, uma estrutura móvel que se apoia numa estrutura fixa criando um espaço entre si. Esta abertura permite a circulação ar no topo dos pátios do interior para o exterior.

6. CONCLUSÃO

Não é comum um objeto arquitetónico sobreviver intacto desde a sua construção. Quando se fala num edifício com mais de 200 anos, é inequívoco entender que o objeto arquitetónico sofre inúmeras intervenções de diferentes tipos e contextos que o transformam.

Assim, chegar à realidade do que foi o Palacete Vilhena Coutinho original é uma tarefa completamente ilusória. A escassez de informação, as sucessivas intervenções e a ausência de documentos originais conduzem a uma dúvida constante da originalidade do Palácio.

Quando se tenta criar hipotéticas versões do que foram as fases da residência nobre, existe sempre uma enorme possibilidade de erro. Logo, não se deve entender qualquer proposta como definitiva. As propostas devem ser entendidas como tal, como interpretações indissociáveis do erro.

Apesar de se caminhar no limiar do erro, a estratégia definida para a intervenção do projeto só foi conseguida devido à intenção de valorizar e entender o património. Ainda que descaracterizado, a análise histórica do edifício permitiu definir uma estratégia assente no contexto identitário do lugar. Entende-se, portanto, que a base de qualquer intervenção deste tipo deve estar assente numa investigação preliminar do edificado. O caráter único de cada edifício leva a que não exista um caminho predefinido no processo de reabilitação.

A preservação do património arquitetónico é um fator com enorme valor para a diferenciação e valorização do projeto. O património conta a história de um povo e a relação com o meio envolvente, é a herança que nos é deixada do passado e que legamos para as gerações futuras. Visto que o edifício e o seu espaço envolvente suportam uma grande parte da história da cidade de Braga, é lógico, por isso, o interesse público pelo edificado. Portanto, é importante que a reabilitação do edifício conserve a expressão histórica do construído, com especificidades únicas e invulgares.

Esta experiência permitiu reconhecer a importância desta metodologia na definição do projeto e principalmente, estabelecer um primeiro contacto com o estudo preliminar destas estruturas patrimoniais.

7. BIBLIOGRAFIA

APPLETON, João – *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Lisboa: Edições Orion, 2011.

BANDEIRA, Miguel – *Braga d'outros tempos: fotografias do arquivo da foto aliança*. Braga: Candeias Artes Gráficas,

BANDEIRA, Miguel – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

BANDEIRA, Miguel – *Planta Topográfica da cidade de Braga de Francisque Goullard: 1883-84*. Braga: Município, 2015.

BANDEIRA, Miguel – *Trinta e três passos virtuosos do barroco em Braga*. Braga: Câmara Municipal, 2003.

BANDEIRA, Miguel – *Uma imagem inédita de Braga do séc. XVII*. Braga: Biblioteca Pública, 1994.

CANNATÀ, Michele, FERNANDES, Fátima – *A Arquitectura do Metro: Obras e Projectos na Área Metropolitana do Porto*. Porto: Civilização Editora, 2006. ISBN 972-26-2463-6

CARVALHO, Inês – *Intervenções Contemporâneas em Património Construído: do conceito ao pormenor*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

CASTRO, João – *A família Costa Pereira de Vilhena Coutinho de Braga*. <http://cpvc.planetaclix.pt/>. 8 de Janeiro de 2016

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70, 2010.

CHOAY, Françoise – *As questões do património: Antologia para um Combate*. Coimbra: Edições 70, 2011.

CHOAY, Françoise – *Património e Mundialização*. Lisboa: Licorne, 2005.

COSTA, António – *Chiado em detalhe: Álvaro Siza: pormenorização técnica do plano de recuperação*. Lisboa: Verbo, 2013.

DUARTE, Eduardo – *Carlos Amarante (1748-1815) e o final do classicismo: um arquitecto de Braga e do Porto*. Porto: FAUP, 2000.

FEIO, Alberto – *Uma figura nacional Carlos Amarante: insigne arquitecto e engenheiro 1748-1815*. Braga: Edição Bracara Augusta, 1950.

HIGINO, Nuno – *Álvaro Siza. Desenhar a Hospitalidade*. Porto: Casa da Arquitectura, 2010.

LEMOS, Francisco – *A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga*. Lisboa: Colibri, 2001.

LEMOS, Francisco – *A redescoberta da muralha romana e suévica-visigótica de Braga*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1998

LEMOS, Francisco; LEITE, José; FONTES, Luís – *A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga*. In FERNANDES, Isabel – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p.121-132.

MARTINS, Rita – *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa. Texto policopiado.

MAURICIO, Rui – *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitectura*. Leiria: Magno, 2000.

MEIRELES, Joana – *Reúso do Património do Movimento Moderno: A Planificadora de Vila Real*. Braga: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2016. Dissertação de Mestrado de Arquitectura.

MILHEIRO, Maria – *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2003.

MOURA, António [et al.] – *A História do Metro do Porto*. Porto: Metro Porto e Calendário, 2007.

OLIVEIRA, Custódio – *Metro do Porto: os passos do maior investimento do século XX na área metropolitana do Porto*. Porto: Afrontamento, 2007.

OLIVEIRA, Eduardo – *Estudos Bracarenses*. Braga: Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Eduardo – *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo – *O bom Jesus do Monte em 1884*. Braga: Barbosa & Xavier, 1995.

OLIVEIRA, Eduardo – *Um novo mapa de Braga de finais do século XVII*. Braga: BPB, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo; MOURA, Eduardo Souto de – *Braga: evolução da estrutura urbana*. Braga: Câmara Municipal, 1982.

PINHO, Paulo – *A avaliação das grandes obras públicas: o caso do metro do Porto*. Porto: FEUP, 2009.

Revista Património. Manuel Lacerda. Direcção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. Número 1. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática, [2013].

Revista Património. Manuel Lacerda. Direcção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. Número 2. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática, [2014].

Revista Património. Manuel Lacerda. Direcção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A. Número 3. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural – Divisão de Documentação, Comunicação e Informática, [2015].

RIBEIRO, Maria – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Texto policopiado.

RIBEIRO, Maria – *Evolução da paisagem urbana*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013.

ROLO, Maria – *Um metro e uma cidade: história do metropolitano de Lisboa*. Lisboa: Metropolitano, 2001.

SILVA, João Pedro – *Intervenção sobre o Património do Século XX, Caso de Estudo: Casa Beires de Álvaro Siza*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

VIEIRA, Álvaro Siza – *01 textos*. Porto: Civilização editora, 2009.

VIEIRA, Álvaro Siza – *Reconstrução do Chiado*. Lisboa: Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, 1997.

TÁVORA, Fernando – *Da Organização do Espaço*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.

ZUMTHOR, Peter – *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2009